

Mas pediu para STF barrar investigação

Flávio Bolsonaro acha normal depositar 48 pacotes de R\$ 2 mil



Para Carvalhosa, “foro privilegiado é valhacouto dos corruptos”

O jurista Modesto Carvalhosa divulgou um vídeo na sexta-feira (18) criticando a decisão do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), que atendeu o pedido de Flávio Bolsonaro e determinou a suspensão da investigação do Ministério Público do Rio (MP-RJ) contra Fabrício Queiroz, seu ex-motorista que movimentou R\$ 1,2 milhão em sua conta bancária, incluindo um repasse de R\$ 24 mil para a mulher de Jair Bolsonaro. Carvalhosa alertou que o STF criou de novo uma “crise institucional” ao suspender a investigação sobre o caso e defendeu o fim do foro privilegiado, que considera imoral e propício à corrupção. “Não podemos ter essa instabilidade em torno deste valhacouto, deste refúgio, que os corruptos sempre se prevalecem dele para não responderem por seus crimes”, afirmou. **P. 3**

Petrobrás vendeu gasoduto por valor de 18 meses de aluguel, diz Aepet

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet) voltou a afirmar que a venda de gasodutos é prejudicial à empresa, após o STJ revogar liminar que impedia a privatização de novo gasoduto. **P. 2**



Lula a Palocci: apê na “praia não cabe em minha biografia”

O depoimento de Antonio Palocci à Polícia Federal (PF) do dia 9 de agosto do ano passado, mas só agora divulgado, vale, evidentemente, pelos fatos que relata – mas, desses fatos, surgem vários retratos de caráter. Não apenas o seu, o que é evidente, mas, sobretudo, os de Lula e Dilma: “... já Lula tinha outro tipo de moral. Para ele, o financiamento ilícito e contribuições empresariais vinculadas ou não a projetos não lhe causavam o menor constrangimento. (...) Diante de pergunta que o colaborador fez a Lula durante o andamento da Operação Lava Jato: ‘por que você não pega o dinheiro de uma palestra e paga o seu triplex?’, respondeu ele: ‘um apartamento na praia não cabe em minha biografia’”. **Pág. 3**

Defasagem na tabela do IR já chega a 95,46%

A defasagem na tabela do Imposto de Renda de pessoa física chegou a 95,46%, segundo estudo divulgado pelo Sindicato Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional). Isso acontece porque, ao invés de corrigir a tabela do imposto com a inflação, tem sido prática dos últimos governos investir no ganho inflacionário – cobrando imposto de quem não deveria pagar. **Pág. 2**



Juízes e advogados fazem atos em defesa da Justiça do Trabalho

Diante das ameaças de Bolsonaro em acabar com a Justiça do Trabalho, juízes, advogados e servidores da Justiça realizaram atos em defesa da instituição em todo o país, nesta segunda-feira (21).

Em São Paulo a manifestação aconteceu em frente ao Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, na Zona Oeste da capital. O Ato foi convocado nacionalmente pela Associação Brasileira dos Advogados do Trabalho

(ABRAT) e contou com a participação de entidades como a Associação dos Advogados Trabalhistas de SP (AATSP), a Associação dos Magistrados Trabalhistas (AMATRA), o Sindicato dos Trabalhadores

da Justiça Federal (SINTRAJUD), Federação Nacional dos Advogados (FENADV), Movimento dos Advogados Trabalhistas Independentes (MATT) e aconteceu em 41 cidades em todo o país. **Página 5**

Governo-zumbi de May escapa de cair por 19 votos

Por 325 a 306, o parlamento britânico deu uma sobrevida ao governo zumbi da primeira-ministra conservadora Theresa May,

recém-saída da maior derrota parlamentar na história do país – a rejeição de seu acordo do Brexit por 230 votos de diferença. **P. 7**

GM ameaça fechar fábricas para ver se consegue mais isenções e redução salarial

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região rechaçou as ameaças de fechamento de fábricas da GM no Brasil. Para o sindicato, a montadora “instaura um clima

de apreensão entre os trabalhadores” ao afirmar que 2018 foi um ano de prejuízos para as plantas da América do Sul e que o ano 2019 seria decisivo para o futuro das fábricas. **Pág. 2**

Temer perdoou 47,4 bilhões de dívidas de empresas

Defasagem da Tabela do IR chega a 95,46%

A defasagem na tabela do Imposto de Renda de pessoa física chegou a absurdos 95,46%, segundo estudo divulgado pelo Sindicato Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional), no dia 14.

Isso acontece porque, ao invés de corrigir a tabela do imposto com a inflação, tem sido prática dos últimos governos investir no ganho inflacionário – cobrando imposto de quem não deveria pagar – para cumprir as necessidades de arrecadação. O Sindifisco defende que, para acabar com a defasagem sem impacto na arrecadação, é necessário realizar uma reforma tributária que cobre mais impostos dos mais ricos e menos dos mais pobres, seguindo os princípios de capacidade contributiva.

O levantamento, feito há mais de 10 anos pela entidade, leva em consideração a diferença entre a inflação oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulada de 1996 a 2018 e as correções na tabela no mesmo período. A divulgação do IPCA de 2018, em 3,75%, fez com que a média de defasagem acumulada subisse mais um pouquinho. No ano passado estava em 95,44%.

Caso a tabela fosse integralmente corrigida, contribuintes que ganham até R\$ 3.689,93 seriam isentos do Imposto de Renda. Hoje, sem as devidas correções, é isento quem recebe até R\$ 1.903,98 por mês.

Com isso continuam sendo tributados em 7,5% quem ganha de R\$ 1.903,99 até R\$2.826,65. Quem ganha de R\$2.826,66 até R\$3.751,05 paga 15%; de R\$3.751,06 até R\$ 4.664,68 passa para 22%. Enquanto isso, quem recebe mais que esses R\$ 4.664,68 desembolsa a mesma alíquota de 27,5%, independente de quanto, seja quem recebe esse valor ou quem recebe R\$20 ou R\$30 mil.

A tabela do IR não sofre nenhuma alteração desde 2015 – de 1996 a 2014, a correção foi de 109,63% – enquanto o IPCA acumulado no período foi de 309,74%.

“O ônus da não correção da tabela é maior para os que ganham menos, ofendendo os princípios da capacidade contributiva e da progressividade. A correção da tabela do IR pelo índice integral da inflação evitaria uma distorção comum na política tributária brasileira dos últimos 21 anos: o pagamento de mais imposto de renda, mesmo por aqueles que não tenham auferido ganhos reais”, afirmou Claudio Damasceno, do Sindifisco Nacional em entrevista ao Jornal do Comércio.

Segundo ele, nenhuma das correções feitas pelos últimos anos resolveu o problema.

“A partir de 2007, o governo Lula implementou uma regra de corrigir a tabela do Imposto de Renda pelo centro da inflação (4,5% ao ano). Veja que em determinados momentos o IPCA deu muito mais do que isso. E o governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), em seu primeiro mandato, também repetiu a regra de Lula. Nada resolveu o problema da defasagem acumulada”, comenta Damasceno.

O Sindifisco defende e argumenta através da elaboração anual de estudos uma nova forma de tributação que diminua o impacto da mudança na tabela do imposto de renda, assim como a grande desigualdade gerada por ela. O Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) é uma delas.

GOVERNO BOLSONARO

Paulo Guedes, o guru econômico de Jair Bolsonaro, já deixou claro que qualquer uma das suas versões de um plano de reforma tributária agravaria o abismo entre os que ganham menos e os que ganham mais. Durante a campanha, Guedes chegou a propor uma alíquota única de imposto de renda, de 20%. Ou seja – a mesma para quem ganha R\$ 2.000 ou para quem ganha R\$ 20.000,00 mensais. Se fosse aprovada, a alíquota de quem ganha até 2.800 por mês saltaria de 7,5% para 20%, ou seja, seria quase três vezes maior.

Já empossado, Bolsonaro afirmou que o Ministério da Economia anunciaria nos próximos dias uma redução do teto da alíquota do IR de 27,5% para 25% – o que não muda nada para quem ganha menos e paga mais, mas privilegia, claro, quem está no topo. Sua equipe afirmou mais tarde que seu pronunciamento – que envolvia uma declaração sobre o aumento da cobrança do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) – estava “equivocado”.

PC

Querem transformar Previdência em “esmola mínima nacional”



Reunião da Anfip e entidades na sede da Anamatra, na quarta, 16



Reajuste para 2019 ficou em 3,43% e inflação oficial em 4,61%

Aposentadorias acima do mínimo têm reajuste menor que inflação oficial

Através da Portaria Nº 9 do Ministério da Economia, publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira (16), o governo fixou em 3,43% (INPC de 2018) o reajuste de aposentados e pensionistas que ganham acima de um salário mínimo, válido desde 1º de janeiro deste ano.

O percentual, portanto, foi inferior ao reajuste do salário mínimo (4,61%) e da inflação oficial do país, medida pelo IPCA, que em 2018 foi de 3,75%.

Para a Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap), “com esse reajuste de 2019 as perdas salariais dos aposentados e pensionistas em relação aos aumentos do salário mínimo aumentaram para 87,28% no período de 1994 a 2019”.

Com o reajuste, o teto da aposentadoria do Ins-

tituto Nacional do Seguro Social (INSS) passou de R\$ 5.645,80 para R\$ 5.839,45.

As faixas de contribuição ao INSS dos trabalhadores empregados, domésticos e trabalhadores avulsos também tiveram alterações: as alíquotas são de 8% para aqueles que ganham até R\$ 1.751,81; de 9% para quem ganha entre R\$ 1.751,82 e R\$ 2.919,72; e de 11% para os que ganham entre R\$ 2.919,73 e R\$ 5.839,45.

O valor mínimo dos benefícios do INSS (aposentadoria, auxílio-doença, pensão por morte) será de R\$ 998, igual ao novo salário mínimo nacional.

Cerca de 64% dos 34,63 milhões de segurados recebem um salário mínimo de pensão ou aposentadoria do INSS. Um valor irrisório, pois o salário mínimo no Brasil é um dos menores do mundo, abaixo de países

com economia menor que a nossa, como, por exemplo, o do Paraguai (aproximadamente U\$ 377, ou R\$ 1.467,79).

Mas a dupla Bolsonaro/Guedes acha que é muito.

O Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade (IPC-3i) – indicador calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e que mede a variação da cesta de consumo de famílias compostas majoritariamente por pessoas com mais de 60 anos – acumulou 4,75% em 2018, superando o IPCA e o INPC.

É o resultado de uma política que espreme a maioria da população, mas principalmente os mais necessitados.

E uma das principais propostas do governo é instituir idade mínima para a aposentaria. Ou seja, o trabalhador só iria se aposentar na hora da morte.

ANFIP e entidades nacionais de servidores e magistrados articulam ações contra as propostas de ataque à Previdência Social

A ANFIP (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil) e entidades de servidores públicos e de magistrados se reuniram na última quarta-feira, 16, para coordenar uma articulação contrária às propostas de reforma da Previdência do governo Federal.

Segundo a ANFIP, no encontro foram definidas estratégias para orientar a discussão nos movimentos sociais a fim de “combater o anunciado modelo de capitalização, semelhante ao implementado no Chile em 1981”.

Segundo Décio Lopes, coordenador de Assuntos da Seguridade Social da entidade, “essa capitalização, pelo que tem sido sinalizado, seria contribuição apenas dos segurados. Mas, e as empresas?”, questionou, sobre o empregador ficar isento de contribuir para o sistema.

Do encontro, realizado na sede da Anamatra em Brasília, participaram também o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), a Frente Associativa da Magistratura e Ministério Público (Frentas).

“Precisamos da união de todas as entidades para mostrar ao governo que este modelo de capitalização que aconteceu no Chile é desastroso”, afirmou a vice-presidente Executiva da ANFIP, Sandra Miranda.

Além do trabalho de mapeamento de parlamentares que possam ser interlocutores contrários ao modelo de capitalização, ficou decidido que as entidades irão produzir material publicitário para divulgar seus posicionamentos sobre o tema e a redação de Carta das entidades com os pontos defendidos pelas categorias representadas.

Em artigo publicado no site da entidade, o assessor de Estudos Econômicos da Anfip, Wilson Romero, alerta que “tendo como modelo o tsunami privatizante do Chile nos anos 80, o novo governo anuncia transformar dras-

ticamente o seguro social brasileiro que abrange, nos setores público e privado, mais de 120 milhões de cidadãos, entre contribuintes e beneficiários”.

“Em todos os anúncios, fala-se em pauperizar definitivamente a previdência pública transformando-a numa “esmola mínima nacional”, onde todos os brasileiros, independentemente de contribuição ou vínculo empregatício, a partir dos 65 anos fariam jus a benefício assistencial desindexado e inferior ao já mínimo salário mínimo. Acima deste limite máximo do INSS, viria o modelo que faz brilhar os olhos dos “abutres financeiros”: cada trabalhador do setor público ou da iniciativa privada teria que fazer aplicações em contas individuais para garantir, décadas após, alguma dignidade na aposentadoria, se for possível e se houver dinheiro ainda”, afirma.

“Esse é o modelo que foi à bancarrota no Chile, pois passados trinta anos da sua instituição, a promessa de que os trabalhadores que contribuíam compulsoriamente para as AFPs – instituições criadas para guardar as aplicações dos chilenos – tivessem uma renda de cerca de 70% do salário, tornou-se vã. Há milhares de aposentados dormindo embaixo de marquises e viadutos por toda a Santiago e dezenas de cidadãos do país, e o número de suicídios se elevou drasticamente entre os idosos, segundo notícias, pelo sofrimento, penúria e vergonha de não poder manter a si e aos seus”.

(Ler mais em Sem previdência pública, Chile tem suicídio recorde entre idosos com mais de 80 anos no site do Hora do Povo).

“As mobilizações populares já fizeram o governo chileno reverter parcialmente a total privatização, mas segue a preocupação sobre o futuro dos aposentados. E isso que querem para o Brasil? E isso que querem para nossos filhos e netos? Quem sobreviver, verá!”, alerta.

PRISCILA CASALE

Indústria paulista fechou 38,5 mil postos em 2018

O emprego nas indústrias do estado de São Paulo encolheu em 38,5 mil postos em 2018 – revelada pesquisa divulgada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) na sexta-feira (18).

O número superou as demissões de 2017, quando 34 mil vagas já haviam sido encerradas e apontado que a manutenção da política de desvalorização dos salários, corte nos investimentos e retirada de direitos apenas aprofundou ainda mais a crise econômica e contribuiu para o encolhimento do setor e para o desemprego.

Apenas em dezembro, o expressivo número de 34,5 mil trabalhadores perderam seus empregos no estado que detém mais de 30% da produção industrial de todo o país. Isso, além de representar um balanço de 2018, também é um prognóstico do que os empresários industriais esperam para 2019 – já que houve praticamente uma demissão em massa no último mês do ano.

José Ricardo Roriz, 2º vice-presidente da Fiesp, comenta que o setor precisa reduzir o nível de

ociosidade das linhas de produção para atingir melhores níveis de emprego.

“A ociosidade hoje é muito grande na indústria paulista, algo em torno de 30% a 35%. Assim que ela começar a ser reduzida, vai trazer junto a alta na geração do emprego. Em um primeiro momento, voltará ao funcionamento máquinas e equipamentos parados. Em seguida, as empresas vão desengavetar seus projetos e investimentos”, disse. Para isso, é claro, será necessário aumentar a demanda, ou seja, o consumo.

Entre os 22 setores acompanhados pela pesquisa, 15 tiveram resultado negativo para o emprego e apenas 7 positivo.

Refletindo a demanda fraquíssima por conta do desemprego e do arrocho salarial, foi a indústria de produtos alimentícios que mais demitiu em 2018: 14.625 trabalhadores. Em seguida, vem a indústria de confecção de artigos do vestuário e acessórios, com 10.684 postos a menos e, a de couro e calçados, com redução de 6.460.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yaho.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Câmara, governador de Pernambuco

Paulo Câmara: ‘seremos uma voz contra qualquer tipo de retrocesso no país’

“O Brasil é uma democracia muito jovem, não pode ter retrocessos, vamos ser uma voz contra qualquer tipo de retrocesso”, afirmou o governador Paulo Câmara (PSB), de Pernambuco.

“A gente tem que participar do debate, aceitar o contraditório, tem que ouvir, mas preservar valores básicos”, enfatizou.

O governador igualmente repeliu quaisquer ações que provoquem aumento das desigualdades sociais:

“O povo pernambucano sabe o que quer e o que não quer. Temos posições que são importantes para o desenvolvimento do nosso Estado, que envolvem a questão das desigualdades regionais e sociais. Não vamos aceitar medidas que possam contribuir para o aprofundamento dessas desigualdades. Estaremos sempre muito vigilantes”.

Paulo Câmara opinou que o seu partido deve insistir na negociação para manter a unidade do bloco formado com o PDT e o PCdoB na eleição da presidência da Câmara dos Deputados:

“O PSB tem que insistir em uma solução que mantenha a unidade desse bloco. Enquanto ainda tiver tempo e possibilidade de discussão, não vamos esgotar. A eleição é no dia 1º. Vamos trabalhar para, até o dia 31, ter um formato que seja bom para todos”.

O PCdoB e o PDT já anunciaram apoio a Rodrigo Maia (DEM) para a presidência da Câmara. O presidente do PSB, Carlos Siqueira, disse que a legenda não deve apoiar Maia.

O governador pernambucano rejeitou as críticas que os adeptos do ajuste fiscal lhe fazem por não adotar uma política de afxiliar o desenvolvimento, diminuindo gastos com servidores, como outros Estados vêm fazendo.

“Não poderia ver o que estava acontecendo na segurança – e não contratar policiais militares. Não posso ter a melhor educação pública do ensino médio sem contratar professor. Não ver que 200 mil pernambucanos perderam seus planos de saúde – e não contratar médicos. Nosso aumento de gastos com pessoal foi nessas três áreas. É um valor que vamos continuar, com equilíbrio”.

“Lógico que não vai ter desperdício, mas o serviço tem que melhorar. Dentro dos limites legais, não vou deixar de contratar pessoal, para diminuir limite [de gastos com pessoal] ou diminuir despesa para fazer obra”.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Randolfe: “por que o Flávio Bolsonaro não quer que se investigue o caso Queiroz?”

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) cobrou de Bolsonaro que “explique à sociedade a origem das movimentações financeiras malcheirosas de seu filho e o porquê dele ter ido ao STF barrar a investigação”.

O senador ainda avisou que “não adianta mandar sua matilha raivosa e amestrada me patrulhar, que não tenho medo!”.

Randolfe fez várias postagens na sua conta do Twitter comentando as novas revelações do caso Queiroz e de Flávio Bolsonaro.

Na mais recente ele comenta: “Primeiro era R\$ 1,2 milhão. Agora já são R\$ 7 milhões de movimentações escusas no caso Queiroz-Bolsonaro: o que diferencia a corrupção no varejo ou no atacado é a oportunidade. Todos esses milhões com apenas

um gabinete parlamentar: imagine com um governo inteiro?”.

O senador também disse que o ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), “tem toda razão: deve jogar ao lixo a tentativa malcheirosa de abafar a investigação do caso do motorista Queiroz, que movimentou R\$ 1,2 milhão suspeitos no gabinete do filho do Presidente Bolsonaro”.

Randolfe ainda criticou Flávio Bolsonaro e o vice Hamilton Mourão que, para não dar explicações sobre o caso, preferiram se esconder atrás de acusações contra o Ministério Público, por fazer o seu papel de investigar. “Quem não deve, não teme: ninguém está acima da lei, nem o filho do ‘Rei’”. O que teme o “cidadão de bem”?”, perguntou.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Furdunço no PSL: ‘analfabetos, palhaços, caipiras, jumentos’, disse o guru Olavo de Carvalho

Era terça-feira, dia 15, quando uma delegação de 11 parlamentares do PSL, partido de Bolsonaro, embarcou, feliz da vida, em direção à China.

O convite partira do Departamento Internacional do Comitê Central do Partido Comunista da China, com todas as despesas pagas, desde a viagem até a estadia e a alimentação. O objetivo da visita, segundo o convite, seria o “intercâmbio de experiências de governança e cooperações pragmáticas entre os partidos”. Estava tudo indo

muito bem no passeio, quando alguém do grupo ouviu uma voz que parecia vinda do além:

“Essa meia dúzia de analfabetos está achando tudo lindo porque foram chamados a viajar para a China”, disse a voz. “São um bando de caipiras”.

Era o guru do bolsonarismo, o astrólogo Olavo de Carvalho, diretamente de Richmond, Virgínia, a capital dos confederados – isto é, dos escravistas norte-americanos durante a Guerra Civil – onde reside há 14 anos.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Flávio Bolsonaro explica mas se complica: 48 depósitos de R\$ 2 mil

Fábio Teixeira/AFP



Movimentações financeiras suspeitas também na conta de Flávio Bolsonaro

Lula, propina e o depoimento de Palocci

O depoimento de Antonio Palocci à Polícia Federal (PF) do dia 9 de agosto do ano passado, mas só agora divulgado, vale, evidentemente, pelos fatos que relata – mas, desses fatos, surgem vários retratos de caráter.

Não apenas o seu, o que é evidente, mas, sobretudo, os de Lula e Dilma (e também, ainda que com menor destaque, de Mantega e outros).

Palocci relata uma guerra entre Lula e Dilma pelo controle dos recursos da Petrobrás e da Sete Brasil, com o pano de fundo da eleição de 2014, quando Dilma temia que a candidatura de Lula atropelasse a sua.

Vejamos o seguinte trecho:

“... durante o crescimento da **Operação Lava Jato**, Dilma deu corda para o aprofundamento das investigações, uma vez que isso sufocaria e implicaria Lula;

“... por sua vez, Lula, em movimento reverso, relembra que Dilma era a presidente do Conselho de Administração da estatal na época de grande parte dos fatos apurados, lembranças estas que fazia em diversas reuniões no Instituto na presença de dezenas de pessoas;

“... Lula construía assim sua narrativa, dando recados diretos à Dilma”.

Lula, diz Palocci, sempre foi um inventor de “narrativas”. Realmente, até hoje, depois de preso

– com provas transbordantes – ele continua inventando “narrativas”.

O que vem a seguir é um retrato bastante exato do cidadão:

“... a única preocupação de Lula era preservar sua própria imagem, afastando-se deliberadamente dos momentos de ilícitudes e sistematicamente construindo versões que o isentavam de qualquer malfeito;

“... diante de pergunta que o colaborador fez a Lula durante o andamento da **Operação Lava Jato**: ‘por que você não pega o dinheiro de uma palestra e paga o seu triplex?’, respondeu ele: ‘um apartamento na praia não cabe em minha biografia’;

“... Lula, inclusive, sabia que ao manter distância das operações financeiras ilícitas, teria que suportar eventuais desvios, aproveitamentos pessoais e até enriquecimento de colaboradores próximos e pessoas de sua confiança que atuavam na área de arrecadação ilegal;

“... Lula sabia que esse era o preço necessário e razoável a se pagar;

“... para Lula, ao manter distância e fechar os olhos para ilícitudes, tapava também os olhos da Justiça para seus próprios bens”.

PROPINA PARA LULA, PT E PMDB EM BELO MONTE

O relato de Antonio Palocci, em seu *Termo de Colaboração nº 5*, divulgado na sexta-feira, 18/01, dirime quaisquer dúvidas

possíveis sobre a veracidade de seus depoimentos.

Sobre a parte em que se refere à entrega de dinheiro “em espécie” nas mãos de Lula, os motoristas Carlos Alberto Pocolto e Claudio de Souza Gouveia confirmaram o depoimento de Palocci.

No entanto, o depoimento é sobre as propinas na obra da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará.

Palocci conta como a cúpula do PT e do governo de então, sabendo perfeitamente da existência de um cartel de empreiteiras, armou um consórcio cujo efeito real foi o recebimento de propinas da empresa que liderava o outro consórcio, a Andrade Gutierrez.

Nessa armação – não há outro nome – estava um amigo íntimo de Lula, José Carlos Bumlai, e o conselheiro de Dilma (e ex-ministro todo-poderoso da ditadura Médici), Delfim Neto.

Vencida, em abril de 2010, a licitação pelo grupo armado por Delfim e Bumlai, a Andrade Gutierrez, para entrar na obra, turbinou as propinas, que o PT direcionou, a princípio, para o PMDB.

Ler em www.horadopovo.org.br os textos: 1) “Um apartamento na praia não cabe em minha biografia”, disse Lula a Palocci e 2) Palocci descreve encurruado de propinas para Lula, PT e PMDB em Belo Monte.

C. L.

Flávio Dino: posição do PCdoB é de manutenção do pacto institucional

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), em entrevista ao vivo na GloboNews, defendeu o posicionamento do seu partido de apoio a candidatura de Rodrigo Maia à presidência da Câmara dos Deputados. E refutou o questionamento de que o PCdoB está se aliando ao PSL.

“Na verdade não se trata de se aliar ao PSL, é claro que não somos aliados político do partido do presidente da República, temos divergências”, afirmou.

Para Dino, a disputa para a mesa diretora da Câmara, nunca foi uma disputa entre esquerda e direita, de situação e oposição. “O que se cuida é da institucionalidade, é

quem vai chefiar a Casa”.

O governador comentou que há divergências ideológicas em relação aos posicionamentos de Rodrigo Maia, mas que é preciso reconhecer que o presidente da Câmara “tem sido, do ponto de vista institucional, correto na aplicação do regimento interno, na garantia do espaço para a oposição, na garantia do respeito às regras do jogo de funcionamento da Câmara. E é isso que nós desejamos”, informa.

MANUTENÇÃO DO PACTO INSTITUCIONAL

Embasando a posição do PCdoB, Flávio Dino disse que a decisão da direção é correta.

“A posição do PCdoB é,

portanto, de manutenção deste pacto institucional que consideramos que o presidente Rodrigo Maia tem mantido até aqui, temos certeza de que ele não vai romper esses acordos regimentais, acordos relativos ao funcionamento da Casa. E vai manter as suas posições, liberais, por exemplo, no que se refere a Economia, nós temos divergências em relação às privatizações, a determinados aspectos que o presidente Rodrigo Maia defende, mas isso não impede que nós olhe

mos para a Câmara dos Deputados”.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

(Publicado originalmente no Portal Vermelho)

Camilo Santana: “defendo a reeleição de Rodrigo Maia na presidência da Câmara”

O governador do Ceará, Camilo Santana (PT), defendeu a reeleição de Rodrigo Maia (DEM-RJ) na presidência da Câmara dos Deputados.

“Defendo a reeleição do presidente Rodrigo Maia. Ele esteve no Ceará, reuni todos a bancada federal. Ele tem um perfil plural. O Congresso é a casa de todos, há di-

vergência de opiniões. Enxergo no Rodrigo essa capacidade de ouvir a todos”, declarou, em entrevista à Globonews, na quarta-feira (16).

Após o partido de Jair Bolsonaro, o PSL, antes contrário a Rodrigo Maia, declarar apoio à sua reeleição, o PT tem afirmado que não votará nele – e também não lan-

Juiz manda apagar mensagens de Hang contra a OAB

O juiz Leonardo Bradbury, da 2ª Vara Federal de Florianópolis, concedeu liminar em ação civil pública movida pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contra o empresário Luciano Hang, dono das lojas Havan, determinando que o Twitter, o Instagram e o Facebook re-

tirem do ar no prazo de cinco dias as mensagens ofensivas à advocacia postadas pelo empresário.

Segundo a decisão, Luciano Hang, um dos principais apoiadores de Jair Bolsonaro no meio empresarial, ultrapassou os limites da liberdade de expressão ao publicar em suas

redes sociais mensagens ofensivas à entidade. O empresário chamou os advogados de “porcos que se acostumaram a viver num chiqueiro” e um “bando de abutres”, que “só pensam no bolso deles, quanto vão ganhar com a desgraça dos outros”. Ler mais em www.horadopovo.org.br

Para o Coaf, esse fracionamento de valores é um indício de que se tentava burlar a fiscalização

As explicações dadas por Flávio Bolsonaro no domingo sobre as suas movimentações financeiras, mais complicam a sua situação do que esclarecem alguma coisa.

Segundo ele, foram transações imobiliárias.

Em suma, seu motorista, Queiroz, “fazia dinheiro” com a compra e venda de carros usados.

Já Flávio Bolsonaro, fazia a mesma coisa com a compra e venda de imóveis...

Vamos resumir a sua explicação:

Disse ele que trocou uma cobertura em Laranjeiras, no Rio de Janeiro, por um apartamento na Urca e um imóvel comercial na Barra da Tijuca, pertencentes a Fábio Guerra, conhecido como jogador de vôlei de praia, mais um pagamento de R\$ 600 mil, pois o valor da cobertura de Flávio Bolsonaro era R\$ 2,4 milhões e a soma dos valores dos imóveis de Guerra era R\$ 1,8 milhão.

O filho de Bolsonaro, então, recebeu R\$ 550 mil de Guerra, como sinal da transação, sendo R\$ 100 mil em dinheiro.

O ex-jogador de vôlei de praia disse, na segunda-feira, que pagou ao rebeito mais velho de Bolsonaro “cerca de R\$ 100 mil em dinheiro”.

É difícil saber o que significa “cerca de R\$ 100 mil” – por que essa forma vaga e indefinida de falar?

Guerra também disse que “paguei em dinheiro porque havia recebido em dinheiro pela venda de outro apartamento. Como recebi aos poucos, fui pagando aos poucos. Não posso falar ao certo, porque de repente foi 70, 80, foi 120, 110 [mil reais], entendeu, mas a média foi isso aí mesmo. O resto foi tudo depósito”.

Outra vez, existe algo indefinido aqui. Por quê?

Talvez seja porque a escritura do apartamento desmente essa transação. O pagamento dos R\$ 550 mil realmente existiu, segundo esse documento. Mas foi efetuado no dia 24 de março de 2017, três meses antes de começarem os depósitos suspeitos na conta de Flávio Bolsonaro.

O resto dos R\$ 600 mil foi pago em 23 de agosto de 2017: R\$ 50 mil, divididos em cinco cheques, na passagem da escritura.

Mas, segundo Flávio Bolsonaro, foi o dinheiro que recebeu de Guerra que ele depositou, em 48 envelopes, cada um com R\$ 2 mil reais, no auto-atendimento da agência do Banco Itaú Unibanco da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), entre 9 de junho e 13 de julho de 2017.

Quanto ao pagamento de um título de R\$ 1.016.839 (um milhão, 16 mil e 839 reais), também identificado pelo Coaf, o filho de Bolsonaro disse que foi pagamento da cobertura em Laranjeiras. Literalmente:

“É um apartamento que comprei na planta. Quando você compra um apartamento na planta, o financiamento fica com a construtora e quando sai o habite-se, quando a Caixa pode fazer o financiamento, o que você faz? Você busca a Caixa, que tem juro menor. A Caixa vai e paga a sua dívida com a construtora, eu deixo de ser devedor da construtora e passo a ser o devedor da Caixa”.

Ou seja, a cobertura em Laranjeiras explicaria tudo: o pagamento do título seria explicado por sua compra e os 48 depósitos seriam explicados por sua venda.

Parece uma daquelas narrativas, próprias de alguns advo-

gados, que explicam tudo – sem necessariamente ter relação com a realidade.

Mas, concedamos, por enquanto, o benefício da dúvida a Flávio Bolsonaro.

INFERNO

Um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), na sexta-feira (18/01), comentou que Flávio Bolsonaro, ao pedir que o ministro Luiz Fux paralisasse as investigações na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), “pegou um elevador para o inferno”.

Os fatos, em seguida, comprovaram o que disse o ministro.

Até então a investigação era sobre a movimentação de R\$ 1,2 milhão na conta de Fabrício Queiroz, motorista de Flávio Bolsonaro na Alerj, e antigo servçal de seu pai.

Essa movimentação era totalmente incompatível com a renda ou o patrimônio de Queiroz – e incluía um repasse de R\$ 24 mil para a mulher de Jair Bolsonaro (ou para o próprio, segundo disse este, em pagamento de um empréstimo que fizera a Queiroz).

O pedido para paralisar as investigações – e, mais, a concessão do pedido pelo ministro Fux – foi visto imediatamente como uma tentativa de impedir que se soubesse a verdade sobre a conta de Queiroz, onde nove outros funcionários do gabinete de Flávio Bolsonaro depositavam parte do salário.

O que era verdade. Mas não era só isso.

Logo depois do pedido do filho de Bolsonaro ao STF, apareceram os 48 depósitos suspeitos, não mais na conta de Queiroz, mas na conta do próprio Flávio Bolsonaro (v. [Quem fazia os depósitos na conta de Flávio Bolsonaro?](http://www.horadopovo.org.br)).

Aliás, as movimentações na conta de Flávio Bolsonaro eram muito semelhantes àquelas na conta de Queiroz.

No domingo, em duas entrevistas, o filho de Bolsonaro negou que ficasse com uma parte dos salários dos funcionários de seu gabinete: “No meu gabinete, no meu gabinete não! E se eu soubesse de alguém que tivesse cometendo isso, eu era o primeiro a denunciar e mandar prender. Porque todo mundo sabe, quem me conhece, quem me acompanha no dia a dia, sabe que não tem sacanagem comigo”.

No entanto, um de seus funcionários, Wellington Servulo Romano da Silva, mora em Portugal há dois anos, embora recebendo da Alerj e fazendo depósitos na conta de Fabrício Queiroz. Segundo Flávio Bolsonaro, ele não sabia que seu funcionário morava em Portugal. Mas, nem quando soube, isso lhe despertou nenhum acesso de bravura (v. [Flávio Bolsonaro diz que não sabia que seu funcionário era fantasma e morava em Portugal](http://www.horadopovo.org.br)).

Além disso, apareceu o pagamento do título, no valor de **R\$ 1.016.839 (um milhão, 16 mil e 839 reais)**, para alguém não identificado, também a partir da conta de Flávio Bolsonaro.

Por fim, descobriu-se que Fabrício Queiroz não movimentara apenas R\$ 1,2 milhão em sua conta, entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017.

Na verdade, Fabrício Queiroz movimentou R\$ 7 milhões em três anos (2014 a 2017), o que é ainda mais incompatível com sua renda e patrimônio.

Continue lendo em www.horadopovo.org.br

C. L.

“Foro privilegiado é refúgio dos corruptos”, afirma Carvalhosa

O jurista Modesto Carvalhosa divulgou um vídeo na sexta-feira (18) criticando a decisão do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), que atendeu o pedido de Flávio Bolsonaro e determinou a suspensão da investigação do Ministério Público do Rio (MP-RJ) contra o seu ex-motorista Fabrício Queiroz.

Queiroz, que foi motorista de Flávio na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), movimentou R\$ 1,2 milhão em sua conta bancária, no período de um ano, inclusive com um repasse de R\$ 24 mil para a mulher de Jair Bolsonaro. A movimentação suspeita foi identificada pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

Carvalhosa alertou que o STF criou de novo uma “crise institucional” ao suspender

a investigação sobre o caso e defendeu o fim do foro privilegiado, que considera imoral e propício à corrupção.

“Não podemos ter essa instabilidade em torno deste valhaçouto, deste refúgio, que os corruptos sempre se prevalecem dele para não responderem por seus crimes”, afirmou.

Segundo o jurista, a decisão de Fux “demonstra a necessidade absoluta da mobilização do país, para terminar com o famigerado foro privilegiado”. Ele conclui reforçando a importância de “mobilização” para acabar com o foro definitivamente.

Em vídeo publicado no ano passado, tanto Jair Bolsonaro quanto seu filho Flávio criticaram o foro, colocando-se contrários à sua existência.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Doria veta comitê de combate à tortura em presídios de SP

Organização de comitês estaduais contra a tortura é prevista na lei federal que criou o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, em 2013

Depois de ter declarado “bandido não vai para delegacia, nem para a prisão, vai para o cemitério”, o governador de São Paulo João Doria vetou, na última quinta-feira (17), o projeto de lei aprovado na Assembleia Legislativa (Alesp) que estabelecia a criação de um Comitê e Mecanismo Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Tortura, que faria visita periódica aos presídios do estado para evitar que a prática fosse realizada nas instituições.

O comitê teria recursos orçamentários específicos para contratação de seis membros com atuação e experiência “na defesa, garantia e promoção dos direitos humanos”. Ao rejeitar a ideia, Doria argumentou, em nota publicada no Diário Oficial do Estado, que o projeto extrapola os limites constitucionais de controle e fiscalização atribuídos ao Poder Legislativo. Doria disse que o comitê está “ferindo o princípio da separação de poderes, o que é inconstitucional”.

No veto, Doria afirma que a prevenção da tortura deve contar com apoio “incondicional e irrestrito” do Estado, mas que o comitê, subordinado à Assembleia Legislativa, como previa a lei, extrapolaria os limites do Poder Legislativo. “O controle do Poder Legislativo sobre atos da Administração Pública deve se limitar às hipóteses estabelecidas e previstas na Constituição”, escreveu.

Para o promotor Eduardo Valério, da Promotoria de Direitos Humanos do Ministério Público de São Paulo, o veto do governador é um retrocesso. “O estado com o maior contingente de pessoas presas e adolescentes em medidas socioeducativas não tem uma equipe de peritos independentes que fiscalize as condições de privação de liberdade”, disse.

O advogado e assessor do programa de Violência Institucional da Conectas Direitos Humanos, Henrique Apolinário, rebateu o argumento do governador. Segundo Apolinário, a Constituição não separa do legislativo do Estado a fiscalização como uma de suas competências. “É um desejo claro de não dar transparência para os seus

atos”, sintetizou Apolinário.

A organização de comitês estaduais contra a tortura também é prevista na lei federal que criou o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, em 2013.

No Brasil, uma em cada dez denúncias de tortura contra presos termina com a morte do detento, segundo o último relatório da Pastoral Carcerária Nacional. O estudo aponta ainda que nenhum dos 175 casos de tortura em presídios registrados nos últimos quatro anos em todo o país resultou em punição dos autores.

O PROJETO

O comitê seria formado por peritos independentes com pleno acesso a locais de privação de liberdade, sem aviso prévio. O trabalho desses especialistas consiste em averiguar a prática de tortura, fazer entrevistas e registros audiovisuais, produzir relatórios e elaborar recomendações. A criação desses órgãos está prevista no Protocolo Facultativo à Convenção da ONU Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, ratificado pelo Brasil em 2007.

A lei criava dois dispositivos: o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura de São Paulo (CEPCT) e o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura de São Paulo (MEPCT). Eles funcionariam mesmo dentro da Alesp, vinculado ao poder Legislativo, sem controle direto do governador.

O comitê teria, entre seus 19 membros, secretários de Estado, que iriam acompanhar as ações do órgão e teriam ciência de qualquer violação encontrada.

O objetivo era que as ações tivessem foco nas pessoas privadas de liberdade por qualquer motivo, para garantir o respeito à Declaração Universal dos Direitos Humanos e garantir que essas pessoas não sofressem agressões. O comitê subsidiaria as ações do Plano Nacional de Prevenção à Tortura no Estado e teria poder para requisitar às autoridades apuração imediata de práticas de tortura ou tratamento desumano, degradante ou cruel no sistema penitenciário paulista.

Pezão vira réu na Lava Jato do Rio de Janeiro

Ele é acusado de receber R\$ 40 milhões de propina

A denúncia feita pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o ex-governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão (MDB), e mais 14, foi aceita pela Justiça Federal do Rio de Janeiro. Sem foro privilegiado, Pezão será julgado por um órgão de primeira instância.

O emedebista está preso há pouco menos de dois meses em decorrência da Operação Boca de Lobo, um desdobramento da Lava-Jato no estado.

De acordo com a denúncia, as práticas de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa começaram quando Sérgio Cabral assumiu o governo do estado, e Pezão virou vice, em 2007. A organização chefiada por Cabral e continuada por Pezão, quando este foi eleito governador, recebia 5% dos valores acordados.

Segundo a PGR, as propinas aconteceram na maioria das obras de construção civil executadas pelo Estado nos últimos dez anos, com desvios tanto de recursos federais quanto estaduais.

Além da condenação dos 15 envolvidos, a Procuradoria pede o pagamento de R\$ 39,1 milhões por danos morais causados.

O juiz federal Marcelo Bretas, em sua decisão que determinou o recebimento da ação, destacou que a PGR foi capaz de anexar inúmeros tipos de provas que comprovam o esquema. “O órgão ministerial expôs com clareza os fatos criminosos e suas circunstâncias, fazendo constar a qualificação dos denunciados e a classificação dos crimes”.

Neste caso denunciado pela PGR, as investigações partiram das declarações fornecidas por Carlos Miranda, um dos operadores financeiros da organização criminosa. Como mostraram as investigações, Pezão recebia uma mesada de R\$ 150 mil, com direito a 13ª.

Em endereços ligados a integrantes da organização foram encontrados bilhetes nos quais o ex-governador era identificado como “Pé”, “Pzão”, “Bigfoot” e “Pezzzone”.



Governador diz que é contra a prática, mas vetou órgão de fiscalização

Governador do Espírito Santo anistia PMs da greve de 2017

O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), sancionou o projeto que anistia os Policiais Militares processados pelo seu antecessor Paulo Hartung (MDB) que participaram da greve de 2017 dias por aumento salarial. De autoria do próprio governador, o projeto foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo na quarta-feira (16).

Em fevereiro de 2017, Policiais Militares de todo o Espírito Santo permaneceram aquartelados durante 21 dias. Os PMs e seus familiares (que permaneciam acampados à frente dos quartéis) reivindicavam aumento real dos salários, o que não acontecia há sete anos, e melhores condições de trabalho, uma vez que faltavam desde coletes à prova de bala até combustível para a frota.

A postura adotada por Hartung foi de ignorar as necessidades dos policiais. Conforme disse a Associação de Cabos e Soldados (ACS) da PM do Espírito Santo, “um evento daquela magnitude só acontece pela omissão estatal”. Na época, Hartung caracterizou a manifestação dos policiais como “chantagem”.

Após acordo para encerrar a greve, Hartung se comprometeu em não perseguir os grevistas, mas não manteve a palavra.

Segundo o secretário de estado de Segurança Pública, Roberto Sá, foram 2.622 procedimentos administrativos instaurados, sendo que 23 policiais foram excluídos da corporação. Ele afirmou também que desde então, houve 57 tentativas de



Manifestação de policiais e seus familiares por melhores condições de trabalho em fevereiro de 2017

suicídio, sendo oito delas consumadas, além de cerca de 500 policiais afastados por questões de saúde.

Cumprindo com sua palavra, Renato apresentou um projeto de anistia à Assembleia Legislativa, que o aprovou por unanimidade durante sessão lotada por policiais e bombeiros militares, e o sancionou na quarta-feira (16). “Nós estamos fechando esta ferida, na área da segurança pública. [Foi] um mês muito triste pra sociedade capixaba”, afirmou Casagrande.

“A avaliação que eu faço é que temos erros cometidos pelos manifestantes que participaram daquela manifestação e tivemos erros cometidos pelo governo tanto em não ter se antecipado ao fato, como não ter tido a capacidade de ampliar o diálogo e construir as pontes para que não houvesse tanto tempo de manifestação, foram mais de 20 dias que causaram prejuízo grande para a sociedade capixaba”, destacou Casagrande.

Segundo o governador, a anistia não resolve todos os

problemas se os 127 homicídios cometidos durante o período não forem explicados. “Nós estamos intensificando a investigação das mortes que aconteceram naquele período. Já foram elucidados 62,5% dos crimes contra a vida daquela época. Designei, através do Delegado-Geral da Polícia Civil, dois delegados que, com exclusividade, vão buscar elucidar os demais crimes. E a forma que encontramos como fechar essa ferida e também reconhecer que nos últimos anos temos conseguido reduzir os homicídios no estado, e os policiais, os mais de 2.600, que estavam sofrendo ou iriam sofrer um processo administrativo, eles deram sua contribuição nessa redução”.

“É uma lição para nós do governo para manter o diálogo aberto e para os manifestantes que não devem repetir esse tipo de atitude. Erro dos dois lados é mais do que natural, mas que a gente olhe para a frente. Que a gente olhe para o futuro”, disse.



Depois de exoneração repentina, Resende vira “assessor especial” do Ministério da Educação

O governo de Jair Bolsonaro recusou na nomeação de Murilo Resende Ferreira para assumir a coordenação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Ele é autor da afirmação “professor não gosta de estudar de verdade”.

Na quarta-feira (16), foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União a nomeação de Resende por meio de uma portaria assinada pelo ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. Resende ocuparia o cargo de diretor de avaliação da educação básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), diretoria responsável pelo Enem.

Mas, no dia seguinte, também em edição extra do Diário Oficial, Lorenzoni assinou outra portaria em que decidiu tornar “sem efeito” a nomeação de Resende, sem qualquer explicação.

Na sexta-feira (18), Resende foi nomeado “assessor especial” da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC).

Em nota, o MEC informou que, como assessor, Resende atuará “em grupo especial de trabalho no âmbito do Inep que, entre determinadas atribuições, ajudará no acompanhamento, análise e direcionamento do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)”. A nota diz que a decisão foi tomada pelo ministro da Educação em conjunto com o presidente do Inep, Marcus Vinicius Rodrigues – indicado para o cargo na última segunda-feira (14).

Doutor em economia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Resende se intitula “aluno do Seminário de Filosofia de Olavo de Carvalho desde 2009, estudioso do marxismo e do movimento revolucionário desde 2003”.

Já Bolsonaro publicou em seu perfil no Twitter, antes da primeira exoneração de Resende, uma comemoração por indicar alguém com doutorado em seu governo:

“Murilo Resende, o novo coordenador do Enem é doutor em economia pela FGV e seus estudos deixam claro a priorização do ensino ignorando a atual promoção da ‘lacrração’, ou seja, enfoque na medição da formação acadêmica e não somente o quanto ele foi doutrinado em salas de aula”.

Em uma audiência pública no Ministério Público Federal em 2016, sobre “Doutrinação Político-Partidária no Sistema de Ensino”, Murilo Resende afirmou que professores brasileiros são desqualificados e manipuladores, que tentam roubar o poder da família praticando a “ideologia de gênero”.

PLÁGIO

Murilo Resende foi acusado de plágio pelo artigo “A Escola de Frankfurt: Satanismo, Feiúra e Revolução”, publicado no site “Estudos Nacionais” em 2018. Segundo a revista “Veja”, leitores do artigo perceberam muita semelhanças com o artigo “The New Dark Ages: The Frankfurt School and ‘Political Correctness””, de Michael Minnicino, publicado na revista “Fidelio”, do Schiller Institute, em 1992.

Murilo Resende traduziu o artigo de Minnicino e trocou os nomes dos citados – Benny Goodman é substituído por Caetano Veloso, por exemplo – sem dar o crédito ao original.

Em sua defesa, Murilo classificou seu artigo como uma “tradução adaptada”. Ele afirmou que o caso é uma tentativa de difamação.

“A adaptação não é plágio quando ela é licenciada e clara”, disse o doutor em Direito pela USP e pesquisador do Grupo de Estudos em Direito Autoral e Informação da UFPR (Gedai), Guilherme Coutinho Silva, ouvido também por “Veja”. “Tem que ficar claro para o leitor que se trata de uma adaptação. Via de regra, também é preciso de licença do autor original para adaptar um texto. Uma análise crítica não precisaria de licença, mas casos de adaptação e tradução, sim. Esse caso pode ser caracterizado como plágio ou como infração do direito autoral do autor principal”, completou.

“Nossa legislação permite que se faça citação de trechos de obras sem autorização do autor, mas é preciso mencionar de forma clara para o leitor que aquele texto não é seu, e sim uma versão”, explicou Coutinho.

Witzel defende acabar com estabilidade dos servidores

O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), defendeu na manhã da última sexta-feira (18) que é necessário rever a estabilidade no serviço público.

“E preciso discutir a estabilidade no serviço público. Eu não sou contra. Mas é preciso discutir, repensar. E preciso ter um pouco mais de margem para o administrador público. Essa perspectiva faz parte de mudanças de paradigmas que temos que enfrentar. Não dá para fazer mais do mesmo porque se não vamos continuar no mesmo”, defendeu Witzel.

Durante a disputa ao governo fluminense, o ex-juiz federal Witzel fez muitas promessas para a área da segurança pública, que incluíam de uma reestruturação das polícias civil e militar até a valorização de seus integrantes, com qualificação e progressivos aumentos salariais.

Porém, por meio de

mensagens compartilhadas em grupos em redes sociais e no Whatsapp, candidatos aprovados em concurso público para a Polícia Militar do Rio e ex-agentes da corporação prometem um ato contra o governador Wilson Witzel em função das promessas não cumpridas após as primeiras semanas de administração.

O grupo cobra a implementação do fim do Regime Adicional de Serviço (RAS) compulsório, da escala de 24 horas trabalhadas para 72 horas de descanso (24x72) e, por fim, a convocação dos mais de 3.000 concursados aprovados em concurso público. As mensagens são enviadas junto a vídeos de Witzel durante a sua campanha para governador. Como candidato, prometeu tomar providências a respeito dos temas logo no início de sua administração, em janeiro. Caso nenhuma das promessas seja colocada em prática, a



ideia é que o ato seja realizado no dia 4 de fevereiro.

Muito pelo contrário de seu discurso durante a campanha, Witzel defende a retirada de estabilidade dos servidores públicos com o apoio do novo presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL). Benefício esse, que está previsto no Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Estado desde 1975 e foi garantida com a Constituição de 1988.



Entidades repudiam demarcação de terras indígenas nas mãos de ministério controlado por ruralistas

Entidades, lideranças religiosas, comissões regionais da OAB, movimentos de trabalhadores sem terra, indígenas, negros e quilombolas do Maranhão lançaram um documento em que repudiam a medida do presidente Bolsonaro que transferiu demarcações de terras para ministério controlado por ruralistas.

O documento se refere a um dos primeiros atos do governo Bolsonaro, a Medida Provisória n. 870, de 1º de janeiro, que transferiu para o Ministério da Agricultura a atribuição de identificar, delimitar e demarcar terras indígenas e quilombolas.

Para a relatora especial da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, Victoria Tauli Corpuz, a medida é “racista e pode levar ao genocídio”.

A nota das entidades, divulgada na quarta-feira (16), se dá em meio à polêmica sobre a decisão do Ministério do Meio Ambiente, que no mesmo dia suspendeu (16) todos os convênios e parcerias com Organizações Não Governamentais (ONGs) pelos próximos três meses, e à publicação da reportagem da jornalista Miriam Leitão no jornal O Globo, denunciando a invasão e desmatamento de terras indígenas no Maranhão por fazendeiros.

“Neste momento, grileiros estão se sentindo estimulados, pelos sinais exteriores do governo, a invadir terra pública, principalmente terra indígena”, diz a jornalista.

Miriam Leitão afirma ter falado nas últimas horas com uma liderança indígena no Maranhão, que lhe contou que “a Terra Indígena dos Awá Guajá, na qual houve a desintrusão em 2014, está sendo novamente invadida. Há fazendeiros já instalados lá, árvores foram derrubadas e há rebanho pastando por lá”.

Como afirma a nota das entidades e lideranças maranhenses, a transferência da atribuição de identificar e demarcar terras indígenas e quilombolas para o Ministério da Agricultura “coloca em grande risco a promoção dos direitos dos povos e comunidades tradicionais, repassando para estruturas governamentais inadequadas uma tarefa especializada, que requer os cuidados de um órgão indigenista”.

“Além disso, o Ministério da Agricultura estará totalmente voltado aos interesses do agronegócio neste

governo, conforme afirmou a ministra Tereza Cristina, ela mesma oriunda da bancada ruralista da Câmara Federal, durante seu discurso de posse, no dia 2 de janeiro de 2019”, prossegue o documento.

“Não há democracia sem defesa de direitos. Mais do que nunca, o Brasil precisa de um governo aberto ao diálogo, que se proponha a conduzir a nação junto dos mais diferentes setores, respeitando a diversidade cultural, de opiniões e ideias sobre as propostas e rumos para o país”.

Assinam a nota: Comissão Pastoral da Terra – CPT Regional Maranhão, Movimento Interstadual das Quebradeiras de Coco Babaçu do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins – MIQCB, Conselho Indigenista Missionário – CIMI Regional Maranhão, Dom Valdeci dos Santos Mendes – Bispo da Diocese de Brejo, Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s Maranhão, Centro de Estudos Bíblicos – CEBI – Maranhão, CSP Conlutas, Cáritas Brasileira – Regional Maranhão, Movimento Quilombola do Maranhão – MO-QUIBOM, Pastoral de DST/AIDS, Agência Tambor, Jornal Vias de Fato, Comissão de Direitos Humanos da OAB/MA, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST/MA, Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Luís, Yuri Costa – Defensor Regional de Direitos Humanos no Maranhão – Defensoria Pública da União, Jean Carlos Nunes Pereira, Titular do Núcleo de Direitos Humanos da DPE-MA, União das Associações das Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Itapecuru-Mirim, Associação dos Produtores Negros Rurais Quilombolas de Santa Rosa dos Pretos, Conselho do Povo Indígena Akroá Gamella – Território Taquaritiua, Dom José Belisário da Silva, Presidente do Regional Nordeste 5 da CNBB, Conselho de Leigos do Regional NE 5 da CNBB, Justiça nos Trilhos, Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente – GEDM-MA/UFMA, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Questão Agrárias – NERA/UFMA, Grupo de Estudos LIDA – Lutas Sociais, Igualdade e Diversidade – UEMA, Grupo de Estudos Sócio Econômico da Amazônia – GESEA, Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos – SMDH

Juízes e advogados fazem ato em todo o país em defesa da Justiça do Trabalho



Em SP, ato na manhã de segunda-feira reuniu cerca de mil pessoas



No destaque, a presidente da Abrat, Alessandra Camanaro, em Brasília



As modernas relações de trabalho idealizadas pelo governo Bolsonaro

A famigerada PEC 300 e a Justiça do Trabalho

GABRIEL PEREIRA*

tal resultado.

LUTA HISTÓRICA

Não só no Brasil, mas em diversos países do mundo, a luta pela redução da jornada de trabalho se faz presente. Na contramão desta luta histórica, a PEC da escravidão prevê aumento da jornada para dez horas.

Não fosse suficientemente catastrófico para a classe trabalhadora o aumento da jornada de trabalho, a PEC traz elementos ainda mais absurdos, como, por exemplo, limitar a 3 meses o período em que os trabalhadores, após sua demissão, poderiam ingressar na Justiça Trabalhista, medida esta que, por si, já visa acabar com o acesso à Justiça – uma vez que é público e notório que, após a demissão, o trabalhador possui prioridades outras – como recolocação e estabilização, sem falar no fato de que o prazo esdrúxulo de 3 meses não ocorre em nenhum segmento do direito, ainda que de menor relevância (por exemplo, no caso de reparação patrimonial por batida no trânsito).

Atualmente o trabalhador ao ingressar na Justiça Trabalhista para restabelecer sua dignidade e justiça frente ao total desequilíbrio econômico entre empregador e empregado, pode reclamar os últimos cinco anos do seu contrato de trabalho, o que,

analisado friamente, já não é justo para os trabalhadores, que por vezes passam mais de dez anos explorados e subjugados.

Mas, com a PEC 300, esse limite cairia para dois anos, em mais um claro atentado ao acesso à Justiça do Trabalho.

Não menos grave, uma das medidas surreais que a PEC prevê é a supremacia do negociado sobre legislado, golpe já dado sutilmente na “reforma” trabalhista de 11 de novembro de 2017.

O Povo, destinatário da Justiça do trabalho!

Qualquer cidadão do povo, sobretudo das classes mais subalternas, sente no seu íntimo que os ramos da Justiça, do Direito, tendem a atuar contra si. Há vários exemplos: a perda da casa, do carro, da pensão, da guarda de filho, prisão, tributos etc.

Na contramão desta sensação, a Justiça do trabalho tem característica de proteção, prevista constitucionalmente, para que haja pelo menos algum limite à opressão do capital perante sua força de trabalho.

Não por outra razão, o trabalhador deve ser protagonista na luta em defesa da Justiça do Trabalho.

*Gabriel Augusto Pereira – Advogado trabalhista, pós-graduado em Direito e processo do trabalho pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Manifestações de juristas contra ameaças de Bolsonaro aconteceram em 41 cidades do país

Diante das ameaças de Bolsonaro em acabar com a Justiça do Trabalho, juízes, advogados e servidores da Justiça realizaram atos em defesa da instituição em todo o país, nesta segunda-feira (21). Em São Paulo a manifestação aconteceu em frente ao Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, na Zona Oeste da capital.

O Ato foi convocado nacionalmente pela Associação Brasileira dos Advogados do Trabalho (ABRAT) e contou com a participação de entidades como a Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo (AATSP), a Associação dos Magistrados Trabalhistas (AMATRA), o Sindicato dos Trabalhadores da Justiça Federal (SINTRAJUD), Federação Nacional dos Advogados (FENADV), Movimento dos Advogados Trabalhistas Independentes (MATI) e aconteceram em 41 cidades em todo o país, entre capitais e interior.

Entre as cidades estão o Distrito Federal (DF), Cuiabá (MT), Campo Grande (MS), Goiânia (GO), Teresina (PI), Aracaju (SE), Recife (PE), Fortaleza (CE), Salvador (BA), Natal (RN), Maceió (AL), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Vitória (ES), Porto Alegre (RS), Curitiba (PR) e Florianópolis entre outras.

Para os magistrados do trabalho as declarações de Bolsonaro em entrevista ao SBT no início do mês soaram como uma ameaça. “Isso daí, a gente poderia até fazer, isso está sendo estudado (acabar com a Justiça do Trabalho). E, havendo o clima, nós podemos discutir essa proposta e mandar pra frente. Nós queremos”, afirmou o presidente.

Em São Paulo, o professor Otávio Plínio e Silva, do departamento de direito da USP do Largo São Francisco, disse que “a luta pela manutenção da Justiça do Trabalho é algo permanente. Sempre haverá quem queira acabar com ela. Defender a Justiça do Trabalho é inerente à existência do capitalismo. O capitão não acabará com a Justiça do Trabalho, nem com o capitalismo.”

O presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), Guilherme Guimarães Feliciano, disse: “me perguntaram ‘por que este ato agora?’. Porque, que eu me lembre, nunca se ouviu de um presidente da República uma palavra que pudesse significar uma ameaça à Justiça do Trabalho”.

A presidente da Abrat, Alessandra Camanaro, esteve presente no ato de Brasília.

Feliciano diz ainda que “somos o ramo do Judiciário que mais realiza conciliações [...] A função da Justiça do Trabalho não é dar lucro ao Estado, mas garantir direitos constitucionais e segurança jurídica.”

A presidente da AATSP, Sarah Hakim, ressaltou que “a Justiça do Trabalho também assegura os direitos dos empregadores, porque protege os bons empregadores e aqueles que observam a legislação trabalhista da concorrência desleal,

desproporcional, em relação aos empregadores violadores da lei”.

Sarah Hakim também se referiu à recomendação do presidente do Tribunal Superior do Trabalho, João Batista Brito Pereira, que encaminhou ofício a todas as Cortes Regionais na sexta-feira (18), desaconselhando o “apoio institucional” ao movimento.

O presidente do TST diz que conversou com Bolsonaro e contraindica apoio de Cortes Regionais a protestos pela Justiça do Trabalho.

“A pretensa interferência do Presidente do TST em uma manifestação constitucional e democrática, a pedido do chefe do Executivo federal, é muito grave e visa cercear a livre manifestação de forças legítimas da sociedade. A Justiça do Trabalho não foi criada para gerar lucro, mas para gerar justiça.”, completou.

No ato em Brasília, a presidente da ABRAT, Alessandra Camarano, enfatizou que “esses atos estão acontecendo em 41 cidades do Brasil. Eles partem do princípio da defesa de direitos sociais e das instituições democráticas. Dentre elas, estão a Justiça do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho e outros organismos que são alvo de ataque do atual governo”.

Em Fortaleza, Erinaldo Dantas, presidente da OAB-CE, afirmou que essa luta “é a favor da democracia, dos direitos fundamentais. A Justiça do Trabalho é extremamente eficiente, garante a eficácia dos direitos do trabalho no Brasil. Não podemos permitir que uma instituição como essa, que já garantiu a vida e a dignidade de tantos trabalhadores, corra o risco de acabar”, defendeu.

Muitas das falas no ato em São Paulo reforçavam a importância da Justiça do Trabalho como um organismo que limita a opressão exercida pelo capital sobre as forças de trabalho, sendo que essa discussão possui muita semelhança com o que foi alardeado para garantir a aprovação da Reforma Trabalhista em 2017.

“Não podemos nos esquecer da reforma trabalhista que prometia criar 2 milhões de empregos e, ao invés disso, aumentou a informalidade no mercado de trabalho.” disse Daniel Souza do MATI.

O magistrado do trabalho se articula para outros atos contra a PEC 300 e o fim da Justiça do Trabalho. No dia 22 de janeiro a OAB-SP marcou uma Audiência Pública para “promover debate que possa aprofundar a análise crítica das questões que notabilizam a Justiça do Trabalho e o Ministério do Trabalho como conquistas essenciais para a cidadania”. A atividade acontecerá na sede da entidade, na Rua Maria Paula, 35, auditório da Sede Institucional, Centro da Capital.

No dia 5 de fevereiro, os magistrados estão convocando um ato nacional em Brasília.

RODRIGO LUCAS

Apesar de benesses do governo e lider em vendas GM ameaça com demissões

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região rechaçou as ameaças de fechamento de fábricas da GM no Brasil. Para o sindicato, a montadora “instaura um clima de apreensão entre os trabalhadores” ao afirmar que 2018 foi um ano de prejuízos para as plantas da América do Sul e que o ano 2019 seria decisivo para o futuro das fábricas.

O presidente da montadora na América do Sul, Carlos Zarlenga, emitiu um comunicado interno na sexta-feira (18), citando a reportagem do jornal Detroit News, em que a presidente mundial da GM, Mary Barra, avisa que a multinacional não vai “continuar investindo para perder dinheiro”. Zarlenga afirmou que a GM teve prejuízo significativo de 2016 a 2018 e que a empresa vive momento crítico “que vai exigir importantes sacrifícios de todos”.

O comunicado foi enviado para os funcionários por e-mail e fixado nas cinco fábricas da montadora no Brasil. A GM é líder em vendas no mercado brasileiro há três anos.

O Sindicato explica que a GM anunciou em novembro uma forte reestruturação global com o fechamento de fábricas em quatro locais nos Estados Unidos, uma no Canadá e outras em locais ainda não divulgados.

“Os planos de reestruturação mundial da empresa são dignos de repúdio de toda a sociedade. Em nome do lucro, a GM pretende demitir milhares de pais e mães de família em sete fábricas nos Estados Unidos, Canadá e, pelo que sinaliza, na América do Sul. Se for concretizada, a medida levará as cidades atingidas a passarem por inevitáveis tragédias sociais (sic)”, diz a nota do sindicato.

A entidade lembra que a GM do Brasil não está em crise financeira e tem recebido benefícios fiscais de governos nos últimos anos.

Os Sindicatos (de São José dos Campos e São Caetano) se reunirão na terça-feira (22) com representantes da GM para discutir a questão.

Colombianos marcham contra atentado terrorista

Milhares de colombianos vestidos de branco saíram às ruas, no domingo, 20, para condenar a violência, depois de um carro-bomba explodiu em uma academia de polícia em Bogotá, na quinta-feira passada, com um saldo de 21 mortos e dezenas de feridos. Pouco antes do carro explodir, ocorria no local uma cerimônia de promoção de cadetes. O jornal “El Tiempo” informou que ao volante desse veículo se encontrava José Aldemar Rojas Rodríguez, identificado como especialista em explosivos do Exército de Libertação Nacional (ELN), último grupo armado que se mantém ativo no país.

Em meio de fortes medidas de segurança e consignas de: 'Abaixo o Terrorismo' e 'Não mais Violência', a multidão se concentrou na Praça Bolívar, na capital, onde foi recebida pelo presidente Iván Duque, que homenageou as vítimas do ataque, o mais mortífero na Colômbia em 15 anos.

A organização ELN reconheceu a autoria do atentado e manifestou através de um comunicado, emitido desde Havana, que o ataque terrorista foi uma resposta às atividades militares realizadas pelo governo colombiano, durante o cessar-fogo unilateral que a guerrilha anunciou no Natal e fim de ano. “As Forças Armadas governamentais aproveitaram esse cessar-fogo para avançar as posições das suas tropas, ganhando povoações favoráveis, difíceis de conseguir sem o cessar-fogo”, sublinhou, buscando justificar desse modo a ação criminosa.

Nesta segunda-feira, o Governo de Cuba se manifestou através de seu chanceler, Bruno Rodríguez. “Cuba está contra o terrorismo e contra a guerra, em defesa da Paz. Com a moral de ter sido vítima do terrorismo de Estado por décadas e de um desempenho impecável, condenamos o terrorismo em todas suas formas e manifestações, sejam quais forem suas motivações”, afirmou.

Atualmente, se encontram em Havana, Cuba, dez negociadores do ELN que participavam da mesa de diálogo que devia se reunir com representantes do Governo colombiano. Cuba, que condenou o ataque, respondeu ao pedido de Iván Duque de entregar os membros do grupo armado assinalando que está obrigada a respeitar o protocolo assinado pelo predecessor de Duque, Juan Manuel Santos, que permite aos negociadores deixar a ilha em caso de uma ruptura das negociações.

Colômbia sofreu muitos desses ataques ao longo de décadas de guerra civil, abrandada consideravelmente quando Juan Manuel Santos assinou um acordo de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) em 2016, quando surgiu o partido Força Alternativa Revolucionária do Comum. A liderança do antigo grupo guerrilheiro condenou o ataque da quinta-feira, 17.

França vive a 10ª onda de protestos contra o arrocho que Macron insiste em impor

“Macron renuncie!”, foi um grito que ecoou pelas ruas da França na 10ª jornada de protestos convocados pelos Coletes Amarelos. A principal das manifestações foi, mais uma vez, em Paris, com uma multidão desfilar pela avenida Champs Élysées, que estivera fechada no sábado passado, e também nas proximidades do parlamento francês.

Os demais atos aconteceram principalmente em Caen, Rouen, Estrasburgo, Bordeaux, Toulon, Dijon, Beziers, Avignon e Marselha.

Segundo o Ministério do Interior – de quem os organizadores das manifestações dizem que reduz esse número – 27 mil tomaram o centro das cidades do país, nas manifestações do sábado, dia 19.

Na cidade de Avignon, os manifestantes tentaram atear fogo ao prédio da Câmara Municipal ao juntarem lixo que foi incendiado na frente das portas de madeira do prédio, mas não foram registrados danos significativos.

Houve, ao final da marcha, principalmente pacífica, em Paris, confrontos com a polícia com algumas centenas de pessoas atirando garrafas, fogos de artifício e pedras sobre os policiais, que responderam com bombas de gás lacrimogêneo e jatos de água. Segundo a agência Reuters, houve confrontos também na cidade portuária de Marselha.

Uma das faixas portadas por participantes do ato em Paris ironizava a repressão: “Liberdade, Igualdade e balas de borracha”.

De forma geral, a destruição de vitrines e queima de carros que se verificou nas semanas anteriores não ocorreu agora.

Depois do ato, que reuniu perto de 100 mil por toda a França, no sábado passado, dia 12, Macron propôs a abertura de um “grande debate nacional”. No entanto, diversos dos presentes ao ato em Paris, entrevistados pela agência France Press, tratam a proposta como “um grande embuste” visando apenas esvaziar os protestos, que nos momentos de auge, foram designados como o maior levante desde o célebre Maio de 1968.

“O ‘debate’ contradiz tudo o que Macron faz”, declarou um dos manifestantes à rede Russia Today.

Uma mulher, presente ao ato de Paris, sintetizou a desconfiança dos franceses na boa vontade que o presidente tenta demonstrar. “Ouvimos agora um monte de boas palavras, mas vemos poucas decisões que, de alguma forma, melhorem a vida e tragam bem-estar para as pessoas. Deveria haver ao menos uma pequena elevação no padrão de vida. Estamos clamando por socorro há dez semanas. Trabalhamos duro, mas as nossas geladeiras ainda estão vazias. E assim que a gente vive”.

ONU: ataque de Israel à Síria é grave violação do direito internacional



Defesa antiáerea síria enfrenta missies isralenses lançados contra Damasco - AP

Luther King integrou a luta pelos direitos civis com a denúncia da agressão ao Vietnã

Em homenagem a Martin Luther King, nascido em 15 de janeiro de 1929, publicamos trechos do discurso, “Beyond Vietnam: it is time to break the silence” (“Para Além do Vietnã: é hora de quebrar o silêncio), pronunciamento que marcou o aprofundamento da compreensão do líder da luta dos direitos civis nos Estados Unidos a respeito das mazelas da sociedade norte-americana, da relação do enfrentamento destas com a superação do racismo e dos rumos para a saída do fosso moral no qual a sociedade estava atolada.

O discurso aconteceu na igreja Riverside Church, em Nova Iorque, com a presença de mais de 3.000 pessoas. Ali, o Dr. King, como seus admiradores o chamavam, condenou a Guerra do Vietnã, declarando: “Minha consciência não me deixa outra alternativa”. Ele descreveu o efeito deletério da invasão ao país do Sudeste Asiático sobre o povo norte-americano, principalmente os pobres e também sobre os camponeses e o povo vietnamita em geral. Ali e nos dias que se seguiram até seu assassinato um ano depois, em 4 de abril de 1968, Martin Luther King passou a insistir que era uma necessidade moralmente imperativa para os Estados Unidos parar a Guerra de forma unilateral.

A repulsa à guerra, já fora exposta pelo Dr. King em março de 1965, quando ele declarou que “milhões de dólares podem ser gastos todos os dias para manter soldados no Vietnã do Sul, mas os Estados Unidos alegam que não têm como proteger os direitos dos negros em Selma” (9 de março de 1965). No sermão que denominou “O Não-Conformista Transformado”, em janeiro de 1966, ele declarou sua oposição pessoal à Guerra do Vietnã, como uma agressão norte-americana aos acordos de Genebra de 1954 nos quais os signatários se comprometiam com o direito dos povos à autodeterminação.

Já no começo de 1967 ele, mais uma vez, avançou suas posições contra a guerra quando, em Chicago declarou que “o poder norte-americano deveria estar dirigido a serviço da paz e dos seres humanos e não contra as pessoas indefesas”. Apesar de todas estas declarações, foi naquele 4 de abril que Martin Luther King afirmou seu ingresso declarado às fileiras dos que lutavam contra a agressão ao Vietnã. Para uma igreja superlotada, em um evento convocado pela entidade denominada “Clérigos e leigos preocupados com o Vietnã”, o Dr. King pôs o dedo na ferida denunciando a devastação do Vietnã “pela arrogância ocidental”, destacando que os Estados Unidos se posicionam “do lado dos ricos, dos seguros, enquanto criam um inferno para os pobres”. Ali ele voltou a dizer que o primeiro passo na direção certa seria uma declaração de cessar-fogo unilateral.

Mas ele foi além, denunciando que a Guerra do Vietnã era, na verdade, o mais premente sintoma do colonialismo norte-americano exercido mundialmente e clamou que o país devia promover “uma revolução pacífica, o que é impossível com a recusa em abrir mão dos privilégios e dos prazeres” obtidos com a



Martin Luther King em ato contra a guerra ao Vietnã, diante das Nações Unidas (15/04/1967)

drenagem dos demais países e repetiu que seria preciso uma “revolução radical de valores” enfatizando que o amor e a justiça devem prevalecer sobre os interesses econômicos excludentes e egoístas.

A resposta ao pronunciamento de Martin Luther King veio de imediato e, de muitas formas, negativa. Não lhe pouparam críticas os editoriais do Washington Post, que se referiu ao discurso como “A Tragédia”, em 6 de abril, e o New York Times, que publicou o editorial “O erro de Dr. King”, no dia 7.

Até mesmo a conhecida organização de luta contra o racismo que afligia os negros, a NAACP (sigla para Associação Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor), preferiu se distanciar das corajosas posições do Dr. King, acusando-o de ligar “valores dispartados ao fundo direitos civis e Vietnã”.

Mas, apesar destas críticas, ele não recuou e continuou sua denúncia à agressão ao Vietnã, “tanto do ponto de vista moral, quanto do econômico”.

Poucos dias depois, dia 15 de abril de 1967, participou de uma marcha, com destacadas lideranças norte-americanas e que reuniu 500 mil pessoas diante do prédio das Nações Unidas em repúdio à agressão do país asiático.

Segue uma tradução de parte do pronunciamento “Para Além do Vietnã”, também chamado de “Por uma verdadeira Revolução”:

Este é um dia sombrio para nossa nação. Quando as autoridades de mais alto nível usam de todos os métodos para silenciar as divergências.

Mas alguma coisa está acontecendo e as pessoas não vão ficar caladas. A verdade precisa ser dita. Sim, nós precisamos nos levantar e precisamos falar. Nos dois últimos anos em que tenho me movido para quebrar a traição do silêncio e falar através de meu próprio coração em chamas.

Quando eu tenho clamado pela renúncia à destruição do Vietnã.

Estou convencido de que nós, como nação, devemos passar por uma revolução radical de valores. Precisamos agir rapidamente — é preciso urgentemente dar início à transição de uma sociedade orientada para “coisas” a uma sociedade orientada por pessoas. Enquanto máquinas e computadores, o imperativo do lucro e os direitos da propriedade forem considerados mais importantes que as pessoas, o grande tripé “racismo, materialismo e militarismo” jamais poderá ser superado.

Uma verdadeira revolução

de valores logo provocará o questionamento da justeza e da retidão de muitas das nossas políticas, passadas e presentes. Por um lado, somos convocados a fazer o papel do Bom Samaritano na beira da estrada da vida, mas esse será apenas o ato inicial. Um dia precisaremos perceber que toda a estrada de Jericó deve ser transformada para que homens e mulheres não sejam constantemente açoitados e roubados ao tocarem suas jornadas na estrada da vida. Verdadeira compaixão é mais do que dar um trocado a um pedinte. Ela cumpre compreender que uma estrutura que produz pedintes precisa ser reestruturada por completo.

Uma verdadeira revolução de valores irá logo ver com iniquidade o flagrante contraste entre pobreza e riqueza com justa indignação. Ela voltará seus olhos para o outro lado dos mares e verá capitalistas do oeste investindo enormes quantias de dinheiro na Ásia, na África e na América do Sul, para então extrair o lucro sem nenhuma preocupação com a melhoria social desses lugares, e dizer: “Isto não é justo”. Ela irá olhar para nossa aliança com a elite proprietária da América do Sul e dizer: “Isto não é justo”. A arrogância ocidental de sentir que tem tudo a ensinar aos outros e nada a aprender com eles não é justa.

Uma verdadeira revolução irá enfrentar a ordem mundial e dizer da guerra: “Esta forma de resolver as diferenças não é justa”. Essa história de queimar seres humanos com napalm, de encherem os lares de nossa nação com órfãos e viúvas, de injetar o veneno do ódio nas veias das pessoas, de trazer homens de volta para casa de campos de batalha sangrentos física e psicologicamente debilitados, não pode ser reconciliada com sabedoria, justiça e amor. Uma nação que continua, ano após ano, a gastar mais recursos com defesa militar do que com programas de melhoria social se aproxima de sua morte espiritual.

Os Estados Unidos da América, a mais rica e poderosa nação do mundo, pode muito bem tomar a dianteira nessa revolução de valores. Não há nada exceto uma trágica pulsão de morte, a nos prevenir de reorganizar nossas prioridades, para que a busca da paz tenha precedência sobre a busca da guerra.

Fontes: Instituto de Pesquisas Dr. Martin Luther King Jr. da Universidade de Stanford e Artur Renzo, editor do Blog Boitempo

HP

Mísseis israelenses atirados contra Damasco são “flagrante violação das Convenções Internacionais”, afirma diretor da Comissão dos DDHH da ONU

A Comissão Internacional dos Direitos Humanos (IHRC, sigla em inglês), órgão da ONU, condenou os continuados ataques de Israel, com mísseis atirados sobre território da Síria, afirmando que eles “se constituem em flagrante violação das Convenções Internacionais e Resoluções da ONU”.

A declaração partiu do chefe do escritório do IHRC, para o Oriente Médio, comissário da ONU, Haitham Abu Said, que alertou: “a repetição da agressão por esta forma já está ameaçando a região e pode levar a desastrosas consequências”.

Abu Said também enviou uma carta ao secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, na segunda pela manhã, pedindo ao secretário que “intervenha e envie uma firme mensagem a Israel, para que pare com as continuadas agressões”.

As declarações do IHRC vieram logo depois que Israel realizou três ataques, um deles na noite do dia 20 e outros dois na madrugada do dia 21. As agências de notícias da Síria declararam que a maioria, 30 mísseis, foram interceptados pela defesa antiáerea do país. No entanto, os que conseguiram ultrapassar a defesa, atingiram baterias e causaram a morte de quatro soldados sírios.

No mesmo dia, a China reafirmou sua posição de chamar todos os países com assento na ONU a respeitarem a soberania, independência e integridade territorial da Síria.

Para o Ministério do Exterior da China, as investidas israelenses estão em contraposição aos esforços pela solução política para a crise na Síria: “as partes comprometidas devem evitar tomar quaisquer passos que podem levar à escalada da tensão e devem preservar a segurança e estabilidade na região”.

O Ministério do Exterior da Síria denuncia que a agressão contra posições em território sírio e nas proximidades de Damasco “é uma tentativa de

prolongar a crise em conluio com a guerra que os terroristas trouxeram para a Síria”.

Nas cartas enviadas para o secretário-geral da ONU e para o Conselho de Segurança da entidade internacional destaca que ainda que “a persistência de Israel em seu comportamento agressivo não seria possível sem o ilimitado apoio dos Estados Unidos” e chama o Conselho de Segurança a tomar sobre os ombros a sua responsabilidade com relação à preservação da Carta da ONU e a tomar passos decisivos para barrar os ataques israelenses, para forçar Israel a respeitar as resoluções que incluem a pacificação da região e a fazer Israel responder por seus crimes contra os povos da Síria e da Palestina.

Encalacrado em denúncias de corrupção e após ter convocado eleições antecipadas, que deverão se realizar em abril, o primeiro-ministro de Israel, Bibi Netanyahu, está abertamente orientando a sua força armada a gestar mais tensão para se valer desta exacerbação nas fronteiras ao norte de Israel no intuito de terrorizar eleitores, que seriam levados assim a votar pelo – aparentemente mais seguro – continuísmo.

No sistema parlamentar de Israel, o partido ou coligação que reunir a maior bancada indica o primeiro-ministro.

Há, portanto, fortes indicações, a julgar pelo comportamento da direita israelense em momentos eleitorais anteriores, que ele deve estar, assim, pensando evitar a perda da maioria nestas eleições para o parlamento israelense, o Knesset. Um jogo desumano, doentio e perigoso e que mostra a visão de racismo e beligerância de Netanyahu com relação aos povos vizinhos, além do menosprezo pelo seu próprio povo e o declínio moral que o conduzem em direção ao repúdio e isolamento internacional.

NATHANIEL BRAIA

Grupo militar rebela-se contra governo de Maduro e é detido

Um grupo de militares se rebelou e logo foi detido, na madrugada do dia 21, após se apossar de armas e gravar um vídeo no qual afirmam desconhecer o governo de Nicolás Maduro. A prisão foi efetuada sob o comando de oficiais de uma unidade da Guarda Nacional Bolivariana e, logo a seguir, em nota, o governo os denunciou como “traidores da República” e prometeu que eles enfrentarão punição “com todo o peso da lei”.

Ação teve início pouco antes das 3:00 da madrugada do dia 21, quando um grupo de militares rebeldes deixou o posto em que estavam, em Macarao em dois veículos militares. Em seguida invadiram a sede de uma outra unidade, em Petare, onde se apossaram de fuzis e pistolas. Aí foram sequestrados dois oficiais e dois soldados pelo grupo rebelde que depois se dirigiu à base da Guarda Nacional Bolivariana em Cotiza, ao norte da Venezuela, mas aí enfrentaram resistência, se renderam e acabaram detidos, por volta das 4:00, ou seja, uma hora apenas do início do motim. Moradores afirmaram ter ouvido tiros no interior do quartel, em Cotiza. Militares fecharam as ruas e foram lançadas bombas de gás lacrimogêneo contra moradores que se manifestavam contra o governo.

Os amotinados conseguiram ainda gravar um vídeo, onde dizem não reconhecer Maduro. Um dos militares, que se identificou como sargento José Gregorio Bandres Figueroa disse na mensagem ao povo: “Necessito do apoio de vocês. Vão às ruas. Aqui estamos nós”. A mensagem foi divulgada nas redes sociais.

Logo a seguir, durante a mesma segunda-feira, o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) da Venezuela, declarou nula a Junta diretiva parlamentar presidida por Juan Guaidó, sob cuja liderança, a Assembleia Nacional – Congresso de maioria opositora – declarou “usurpador” o presidente Nicolás Maduro, aprovou uma anistia para militares presos e

declarou apoio aos que haviam se amotinado na madrugada.

O Parlamento “não tem uma junta diretiva válida, incorrendo (...) em usurpação da autoridade, de modo que todos os seus atos são nulos”, diz a decisão lida à imprensa pelo juiz Juan José Mendoza, presidente da Sala Constitucional do TSJ.

Ao ler a sentença nesta segunda, o juiz da Corte, de linha governista, disse que a Assembleia Nacional – cujos deputados foram eleitos de forma a dar maioria a forças opositoras ao governo – permanece em “desacato” às decisões do Poder Judiciário, e argumentou que as ações da AN podem levar a processos judiciais. Considerou nulos os acordos de anistia e a declaração que denominou de “usurpação” de 15 de janeiro, quando a Assembleia se declarou o poder central no país.

O governo venezuelano afirma que a situação está sob controle, que os agentes em questão foram presos e as armas roubadas foram recuperadas.

A decisão do TSJ aconteceu nas vésperas de manifestações da oposição que, na quarta-feira, 23, exigirão um governo de transição e eleições, e de marchas em defesa de Maduro, convocadas pelas forças que se alinham a seu governo.

O juiz Mendoza disse que a resolução será enviada à Assembleia Constituinte, composta somente por governistas, uma vez que a oposição não se apresentou ao pleito convocado de forma atropelada para tentar anular o poder legislativo em função, a Assembleia Nacional. Segundo o juiz, a Constituinte deve tomar medidas, o que tende a exacerbar ainda mais os ânimos no país.

Segundo o jornal mexicano La Jornada, o governo venezuelano tem espalhado notícias – até agora não confirmadas – de que a Constituinte, presidida por Diosdado Cabello, aliado de Nicolás Maduro, poderia convocar um adiamento das eleições parlamentares – previstas para 2020 – em contraposição ao que considera um complô golpista.

Rússia exorta Trump a cair em si e desistir da Guerra nas Estrelas 2.0

A Rússia exortou o governo Trump a “cair em si” e a recuar da “tentativa irresponsável de relançamento em nova base e mais alta tecnologia do programa Guerra nas Estrelas, da Era Reagan”, alertando que sua implementação desencadeará uma perigosa corrida armamentista no espaço.

Trump anunciou seu muro de mísseis e sensores no espaço no dia 17, um dia após Washington confirmar que sua retirada do Tratado de Proibição de Mísseis Intermediários (INF), em vigor desde 1987 e que afastou o risco de guerra nuclear no teatro europeu por três décadas, terá início no dia 2 de fevereiro.

Reagan anunciou sua Iniciativa Estratégica de Defesa em 1983, para militarizar o espaço com mísseis e canhões laser, “contra o ‘império do mal, a União Soviética”, logo apelidada de Star Wars por causa do filme, que acabou abandonada em função do fracasso e custo. Era a insana pretensão de vencer a guerra nuclear.

A Guerra nas Estrelas 2.0 de Trump é o primeiro desdobramento da constituição de sua “força armada espacial” no ano passado, na época já condenada por Moscou e Pequim, que rechaçaram a transformação do espaço em campo de batalha. A militarização do espaço está proibida por tratado de 1967.

“Gostaríamos de observar que a mesma lógica serviu de base para a corrida generalizada de mísseis nucleares que levou o mundo à beira do desastre várias vezes”, afirmou o Ministério das Relações Exteriores russo, acrescentando que a liderança dos EUA “aparentemente decidiu pisar no mesmo ancinho, com consequências previsíveis”.

Moscou advertiu que esses planos dos EUA levarão “inevitavelmente” ao início de uma corrida armamentista no espaço “que terá as consequências mais negativas para a segurança e a estabilidade internacionais”. O comunicado assinalou que a nova revisão da estratégia de mísseis dos EUA (MDR) de fato “dá luz verde” para basear no espaço “mísseis com capacidade de ataque”.

A chancelaria russa denunciou que o documento norte-americano mostra a intenção de Washington de estabelecer a dominação militar e capacidade de conduzir com impunidade operações militares em qualquer lugar do planeta, e rejeitando quaisquer limitações sobre esses mísseis. A nota considerou de particular alarme a noção de usar “não apenas sensores, mas também armas em órbita”.

“Isso não melhorará a segurança dos EUA ou de seus aliados e parceiros, mas terá o efeito inteiramente oposto – um forte golpe na estabilidade internacional, que já está desmoronando graças às ações irresponsáveis de Washington”, afirmou Moscou. “Obviamente, ninguém ganha neste cenário.”

A diplomacia russa lembrou que até hoje Washington não respondeu à proposta de Moscou na cúpula de Helsinque, de julho do ano passado, de completa restauração das conversações russo-americanas em todas as questões relacionadas ao controle de armas e segurança internacional. A chancelaria conclamou os EUA a encontrar “vontade política” de trabalhar conjuntamente as questões estratégicas “antes que seja tarde demais”. A Rússia voltou a se declarar “pronta” para essas negociações.

O comunicado adverte, ainda, que o MDR não apenas contempla a colocação de armas no espaço, mas também a realização de ataques ditos “preventivos”, contra mísseis (e outras estruturas) que a juízo de Washington sejam “uma ameaça”. Como registrou a chancelaria russa, o projeto norte-americano considera como “método legítimo” a “destruição preventiva” de mísseis dos adversários, agressão apresentada como “desarmamento”. Conforme o próprio Trump, a nova diretriz “reconhece que o espaço é um novo domínio de combate de guerra, com a força espacial liderando o caminho”.

“Ao contrário das afirmações dos autores da Review, a realização dos planos e abordagens que ela contém não fortalecerá de maneira alguma a segurança dos Estados Unidos e seus aliados” e terá efeito oposto, reiterou a Rússia, denunciando as “ações irresponsáveis de Washington”. “Foi justamente essa lógica que originalmente serviu de base para uma corrida armamentista de mísseis nucleares em larga escala, que mais de uma vez levou o mundo à beira do desastre”, concluiu.

Como o presidente Vladimir Putin tem advertido, a arquitetura global de segurança e de prevenção à hecatombe nuclear está sendo desmantelada pelas ações unilaterais dos EUA, que em 2001 já se retiraram do Tratado ABM (um único sistema antimísil para cada lado), agora estão saindo do Tratado INF e são cada vez mais frágeis as perspectivas de prorrogação do Novo START, que expira em 2021 e limita as armas nucleares.

A primeira medida da nova postura de Trump é ampliar de 44 para 64 os antimísseis instalados em uma base do Alaska, que fica a apenas 1000 km da fronteira russa. Um analista militar ouvido pelo portal Sputnik, Dmitri Drozdenko, mostrou a que perigo está se expondo a Humanidade. Ele apontou como nessa mesma base poderiam ser instalados mísseis intermediários [alcance até 5.500 km], reeditando os momentos mais tensos do auge da Guerra Fria. A decisão de retirar tais mísseis foi tomada, relatou, porque são capazes de chegar muito rápido ao alvo, sem deixar tempo para reagir.

“No caso de suposto ataque com estes mísseis não dá tempo para fazer análise. Algo está voando rumo ao nosso território, há que reagir imediatamente. Não sobra tempo para pensar: temos que apertar o botão vermelho. E o que se passa se tudo foi um erro? Não se pode desfazer nada: os mísseis já foram lançados”, sublinhou. Agora, com o chamado sistema de ataque global dos EUA, “a outra parte nunca sabe se o míssil que se avizinha é nuclear ou não, e portanto sempre espera o pior”. Em decorrência da retirada sucessiva dos EUA dos acordos de controle das armas, a Rússia desenvolveu os mísseis hipersônicos, drones subaquáticos e o ICBM pesado Samart, capazes de proteger o país. Na prática, o MDR também tira a máscara sobre as supostas ameaças da “Coreia do Norte” e do “Irã” e deixa claro que o que os Strangeloves de plantão no Pentágono temem mesmo é a Rússia e a China.

Indianos fazem greve geral por salário, emprego e previdência



A unidade de 10 centrais sindicais mobilizou 150 milhões durante a greve

Governo-zumbi de May escapa de moção de censura por 19 votos

Por 325 a 306, o parlamento britânico deu uma sobrevida ao governo zumbi da primeira-ministra conservadora Theresa May, recém-saída da maior derrota parlamentar na história do país – a rejeição de seu acordo do Brexit por chocantes 230 votos de diferença.

Pelo prazo aprovado na semana passada pelos deputados britânicos, May tem três dias, até esta segunda-feira (21), para apresentar um plano alternativo de saída da União Europeia.

Para evitar a antecipação das eleições e fugir de resolver nas urnas o que a mídia já considera “a maior crise política” em décadas, os conservadores eurocéticos (pró-saída) votaram contra a moção de desconfiança, sob o pretexto de que o problema “é o acordo, não May” e a salvaram por enquanto.

Ao todo, foram 314 votos, entre eurocéticos e a bancada de May – 177 eurocéticos haviam votado 24 horas antes pela rejeição do acordo. Foram acompanhados pelos dez unionistas (os pró-britânicos norte-irlandeses que integram o atual governo May) e uma deputada independente.

Ao defender a aprovação da desconfiança, o líder trabalhista Jeremy Corbyn declarou “oficialmente morto” o “acordo de Frankenstein” da primeira-ministra e exigiu sua renúncia para que o povo da Grã-Bretanha pudesse

“decidir sobre o caminho a seguir com uma eleição geral”. May não deveria ter “nada a temer de ir às pessoas e deixá-las decidir”, acrescentou.

“Se um governo não pode obter a sua legislação através do Parlamento, deve ir ao país para um novo mandato e que deve ser aplicado quando se trata da questão-chave do dia”, afirmou Corbyn, apontando que “não pode haver dúvidas de que este é um governo zumbi”.

“Em dois anos, eles conseguiram transformar um acordo do que deveria ser ‘um dos mais fáceis da história da humanidade’ em um constrangimento nacional”, apontou o líder trabalhista.

Corbyn denunciou as terríveis consequências humanas do arrocho movido por May e antecessores, como a expectativa de vida agora retrocedendo nas partes mais pobres do país e estagnando no geral.

“Outro vergonhoso recorde deste governo”, disse ele. Uma eleição geral daria novo ímpeto às negociações do Brexit e permitiria enfrentar os salários baixos, a precarização do trabalho, a pobreza e falta de moradia, o atendimento inadequado aos idosos e o financiamento insuficiente do sistema único da saúde (NHS) e da educação, como registrou o jornal Morning Star.

Após o chilique de um

deputado Tory (conservador) sobre o “governo zumbi”, Corbyn indagou: “Quem tem confiança na capacidade deste governo para negociar um futuro acordo comercial com a UE até dezembro de 2020?”.

Votaram pela remoção de May 251 deputados trabalhistas. A que se somaram 35 independentista escoceses do SNP, 11 liberais democratas e mais 9 outros parlamentares de legendas menores ou independentes.

Após o resultado, May declarou que estava convocando todos os partidos para a discussão de um plano alternativo.

Os trabalhistas disseram não estar prontos para tais conversas incondicionalmente. “Há uma semana, a Câmara votou para condenar a ideia de um Brexit sem compromisso. Antes que possa haver qualquer discussão positiva sobre o caminho a seguir, o governo deve remover claramente de uma vez por todas a perspectiva da catástrofe de um não-acordo Brexit da UE e todo o caos que viria como resultado disso”.

Um parlamentar do SNP havia pedido a imediata suspensão do artigo 50 e da data limite de 29 de março para a finalização de acordo com a EU. Em Bruxelas, já se fala em uma prorrogação “até julho” e até que seriam admissíveis “mudanças”, desde que não “em aspectos fundamentais”.

México: neoliberais doaram milhões a múltis dos EUA

O Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (Conacyt) do México destinou milhões de dólares “a fundo perdido” para multinacionais dos Estados Unidos, Alemanha e Japão, entre 2009 e 2017, a pretexto de que estariam contribuindo com o desenvolvimento, revelou uma investigação do jornal La Jornada.

Apenas para a realização de “projetos de pesquisa” na área de C&T, informou a diretora-geral do Conacyt, Elena Álvarez-Buylla Roces, nos últimos seis anos foram transferidos cerca de 50 bilhões de pesos (2,63 bilhões de dólares), 30% destes destinados a grandes empresas e transnacionais. O benefício completamente irregular dado a companhias sem qualquer vínculo com o país vem sendo contestado pelo novo presidente, Andrés Manuel López Obrador, que começa a disciplinar os investimentos, defendendo o interesse nacional.

Anteriormente, somente por meio do “Programa de Estímulos à Inovação” (PEI), por exemplo, os governos neoliberais de Felipe Calderón (dezembro de 2006 a novembro de 2012) e Enrique Peña Nieto (dezembro de 2012 a novembro de 2018) destinaram 7,367 bilhões de



Ford e GM pegaram recursos públicos para ‘pesquisas’

pesos (US\$ 388 milhões) a transnacionais e suas subsidiárias, contribuindo para a monopolização de setores inteiros da economia. Entre as principais beneficiadas encontram-se as estadunidenses Ford, General Motors, IBM, Intel e Monsanto, as alemãs Bayer e Volkswagen, e a japonesa Nissan.

Em um único programa, a montadora Ford recebeu mais de 11,86 milhões de pesos (US\$ 625 mil), a General Motors foi subsidiada com 9,7 milhões de pesos (US\$ 511 mil) e a Nissan 20,4 milhões de pesos (US\$ 1,075 milhão). Maior fabricante de circuitos integrados do mundo, a Intel amealhou 202,2 milhões

de pesos (US\$ 10 milhões), a IBM 54,4 milhões (US\$ 2,87 milhões) e a Volkswagen 168,2 milhões de pesos (US\$ 8,87 milhão).

Apenas em 2009, a Monsanto foi brindada com 20,8 milhões de pesos (US\$ 1,09 milhão) para um programa de melhoramento genético de milho no México e para o desenvolvimento de variedades híbridas de sorgo. Já a Bayer embolsou 21,7 milhões de pesos (US\$ 1,14 milhão) para estudos sobre herbicidas e medicamentos.

Segundo a diretora do Conacyt, não foi somente por meio do PEI que as empresas foram beneficiadas, mas de outros dispositivos como bolsas de estudos e fundos.

A greve geral de 48 horas repudiou a anunciada ‘reforma trabalhista’ e o esmagamento dos pequenos agricultores; exigiu salário mínimo digno, previdência universal e política para criar empregos

Com eleições gerais marcadas para maio, o ano não começou propriamente bem para os planos de reeleição do primeiro-ministro indiano Narendra Modi: uma greve geral de 48 horas, com a participação de 150 milhões de trabalhadores – certamente a maior greve geral do planeta –, repudiou nos dias 8 e 9 sua anunciada ‘reforma trabalhista’ e o esmagamento dos pequenos agricultores, exigiu salário mínimo de 18.000 rúpias (250 dólares), previdência universal e medidas urgentes de criação de empregos, além de rechaçar o comunalismo racista e o neoliberalismo.

Também, no primeiro dia do ano uma multidão de mulheres – 5,5 milhões delas – formou um muro de 620 quilômetros ao largo da fronteira do estado de Kerala em defesa da decisão da Suprema Corte que autorizou a entrada de mulheres no templo de Sabrimala, ao qual apenas homens podiam ter acesso, erradicando um preconceito travestido de “tradição religiosa do hinduísmo”, tão caro ao partido de Modi, o supremacista hindu Bharatiya Janatha Party (BJP).

Aliás, o ano passado também havia terminado mal, com o partido de Modi sendo derrotado em eleições em três importantes estados, tidos como redutos.

A greve atingiu especialmente o transporte, órgãos governamentais, indústria, telecomunicações, bancos públicos, comércio, chá e mineração e também os trabalhadores na informalidade, da construção civil aos motoristas de riquixa.

UNIDADE

Para o líder de uma das dez centrais que convocaram a paralisação, Tapen Sen, da Central de Sindicatos da Índia (CITU), “as novas leis sindicais” – que irão a votação no atual parlamento controlado por Modi – praticamente implicam “na escravização dos cidadãos hindus”. Ainda, a nova legislação tenta aprofundar o cerceamento do direito de greve e aumentar a precarização, para manter o arrocho salarial.

A maior participação ocorreu nos estados de Bengala Ocidental e Odisha (leste), Maharashtra e Goa (oeste), Kerala, Karnataka e Tamil Nadu (sul), Punjab (norte), Haryana e Rajasthan. Em Mumbai, segunda maior cidade e o centro financeiro da Índia, a maioria dos bancos e das repartições públicas foram fechados e as operações portuárias, afetadas. Na capital, Nova Delhi, houve um enorme protesto diante do parlamento. Escolas e universidades deixaram de funcionar, assim como os correios. Ônibus públicos não saíram das garagens e ferrovias foram bloqueadas em vários locais, com os grevistas sentados nas vias, de Chennai a Assam, no outro extremo da Índia. Trabalhadores rurais também aderiram.

Como assinalaram as centrais sindicais, “a amplitude sem precedentes é um indicador claro do grau de cólera e indignação dos trabalhadores contra as políticas neoliberais e ataques às suas condições de vida e trabalho perpetradas por esse governo”.

A paralisação logrou, ainda, superar as divisões comunais e de castas, em que Modi tanto se apoia para implementar sua política de arrocho, benesses para os bilionários indianos e favorecimento do capital estrangeiro. A polícia de Modi reprimiu os grevistas e realizou prisões, enquanto os servidores públicos que participaram foram ameaçados de demissão.

Com o país precisando criar 1,3 milhão de empregos por mês segundo o Banco Mundial, só para atender os que ingressam no mercado de trabalho, a promessa de campanha de Modi de que sua política pró-‘investimento privado’ iria fazer chover postos de trabalho, se revelou um cruel estelionato eleitoral, apesar de ele propa-

gandear às multinacionais a maravilha que era os salários na Índia serem uma fração dos vigentes na China. Só no ano passado, o desemprego aumentou em 11 milhões de pessoas.

Modi prometera criar “100 milhões de empregos” até 2022, mas de acordo com a OIT criou menos de 900 mil entre 2014 e 2017. A ponto de a estatal indiana das ferrovias anunciar concurso para 90 mil vagas e se inscreverem 28 milhões. A informalidade grassa, e dos 405 milhões na força de trabalho, 206 milhões são “autônomos”. De acordo com o PNUD, de 1991 a 2013, enquanto a população em idade ativa aumentou em 241 milhões, o emprego aumentou em apenas 144 milhões.

ARROCHO SALARIAI

O arrocho é, portanto, um chamariz essencial para o projeto de Modi, que ganhou notoriedade como governador do estado de Gujarat. Conforme pesquisa socioeconômica do próprio governo, mais de 90% do povo indiano tem uma renda de menos de 10.000 rúpias (143 dólares). Há 42 milhões de crianças desnutridas.

No campo, onde estão mais da metade dos indianos, em decorrência do endividamento, alta do custo dos insumos e sementes transgênicas e falta de preço mínimo justo, o estresse é imenso, com 12.000 agricultores arruinados tendo cometido suicídio a cada ano de mandato de Modi. Também é catastrófico o índice de suicídios entre os jovens, uma consequência do desemprego, da competição por acesso à educação, falta de perspectivas e clima preconceituoso: 35,5 por 100 mil, o mais alto do mundo.

A privatização e o favorecimento dos rentistas – iniciados nos governos do Partido do Congresso, após uma crise cambial, com o primeiro-ministro Manmohan Singh, e agravados sob Modi –, têm exacerbado a já imensa desigualdade na Índia. A participação do trabalho na renda nacional caiu de 40% para 35% entre 1991 e 2013. Enquanto havia apenas dois bilionários indianos em meados da década de 1990, agora são 131, com uma riqueza equivalente a 15% do PIB da Índia. Apenas 1% da população detém 68% de toda a riqueza, um aumento de quase 20 pontos percentuais nos últimos cinco anos, segundo a deputada comunista Brinda Karat. Com 1,3 bilhão de habitantes, deu para cevar uma classe média enorme em termos absolutos, em meio à imensa massa de destituídos e trabalhadores informais, muitos deles ganhando US\$ 2 por dia.

O governo Modi também cortou gastos sociais, enquanto concedia gordos subsídios fiscais aos monopólios. Não poupou os pequenos produtores e negociantes que acreditaram em suas miragens: o confisco das “notas de alto valor” fez um estrago enorme, num país onde a maior parte não tinha conta em banco. Outro golpe é o novo imposto sobre vendas, de 12% a 18%. As mudanças de impostos visam colocar o fardo da crise fiscal do governo sobre os ombros dos trabalhadores e camponeses.

A crise no campo levou no ano passado dezenas de milhares de pequenos agricultores, asfixiados pelas dívidas, a marcharem por centenas de quilômetros, até à capital, Nova Delhi, e o centro financeiro, Mumbai, para denunciar sua dramática situação e exigir providências – que não vieram e acabaram inflando nas derrotas do final de ano de Modi. Conforme a Reuters, para ter chance de ganhar a eleição geral de maio, Modi “está sob pressão para apaziguar aqueles que ficaram desesperados com a queda dos preços das safras”. Uma coisa é “dolorosamente clara: as massas estão sendo espremidas. Os protestos estão ficando maiores e mais ruidosos”. A.P.

Leia mais em: <https://horadopovo.org.br/india-maior-greve-geral-do-planeta-as-sombra-reeleicao-de-modi/>

Astrojildo Pereira: Rui Barbosa e a emancipação dos escravos (3)

Continuação da edição anterior

Como Rui Barbosa, os abolicionistas mais esclarecidos compreendiam e proclamavam que o problema da escravidão e o problema do latifúndio estavam intimamente ligados entre si, não sendo possível dar completa solução a um sem resolver do mesmo passo o outro

ASTROJILDO PEREIRA

Noutra parte do parecer, volta Rui Barbosa a tratar do problema da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, examinando-o agora sob o ângulo das providências aventadas no projeto. Ele não acredita que a reforma se pudesse levar a cabo sem comoções nem dissabores, pois isso é contingência de todas as reformas; mas tampouco acredita nas terríficas previsões ditadas por um pessimismo quase sempre mais irrealista do que perspicaz. Acredita, aí sim, nas lições da experiência, que a nossa história e a história de outros países ofereciam à meditação dos estudiosos. Lembra de novo, então, o que se passou no Brasil depois da supressão do tráfico e da lei do ventre livre: ao invés da perdição total, da decadência irremediável, da ruína de tudo e de todos, o país marchara para a frente, melhorando de ano para ano os negócios públicos e privados. E de novo passa em revista os sucessos verificados em diversos países e ilhas da América Central e Setentrional, após a emancipação dos seus escravos. Muitas vezes as condições desses países e ilhas – e neste caso se incluíam sobretudo as colônias inglesas, francesas e espanholas – diferiam sensivelmente das condições brasileiras, e neles o problema do trabalho se complicava com outros de natureza política e social, desconhecidos ou atenuados entre nós. Os distúrbios e transtornos, que ali sucederam à libertação dos escravos, não podiam ser imputados ao ato da libertação em si mesmo, pois derivavam antes de todo um conjunto específico de complicações. Sendo que a maior parte dessas complicações decorria logicamente de velhos e novos erros cometidos pelos grandes proprietários e pelas autoridades governamentais. Fosse como fosse, a regra geral, admitida pelos observadores mais competentes, aparecia nos índices favoráveis da produção e da riqueza, que se seguiam às primeiras dificuldades, concorrendo para isso, como fator primordial, a readaptação dos escravos libertos às novas condições de trabalho.

Nos Estados Unidos, ou melhor, nas suas regiões meridionais, onde perduravam os ódios exacerbados pela guerra civil, viu-se a raça libertada sujeita a tenaz perseguição, que acarretou a emigração em massa de milhões de negros para os estados do Norte. Nos lugares, porém, onde puderam trabalhar em paz, como homens livres, os antigos escravos não se mostravam menos aptos ou menos produtivos do que os trabalhadores de qualquer outra raça ou procedência. Cita-se no parecer, a este respeito, a opinião exarada pelo comissário do governo americano, general Samuel Thomas. em 1365: “Não há, em parte nenhuma, um corpo de cidadãos mais enérgico e industrioso”.

As condições do trabalho é que em verdade explicavam tudo, evidenciando, por toda parte, e em suas mais variadas feições, a superioridade do trabalho livre sobre o trabalho escravo. E o trabalhador negro liberto revelava-se tão bom, tão capaz, tão produtivo quanto o trabalhador livre, desde que o colocassem nas mesmas condições de trabalho deste último. Sua inferioridade, quando escravo, não provinha dele próprio, de tais ou quais estigmas de ordem biológica ou racial, mas sim da sua condição de escravo.

A transformação das condições do trabalho – eis, pois, bem compreensível, a base ou o ponto

de partida para a reforma projetada. Certamente, a transição para o regime de trabalho livre se operaria em qualquer caso com mais ou menos dificuldades; porém, a gradação destas dificuldades seria sem dúvida alguma determinada pelas medidas que em tempo útil se tomassem – ou não se tomassem – no sentido de favorecer o mais adequadamente possível aquela transformação. Esse, e não outro, o objetivo do governo Sousa Dantas, quando apresentou o projeto de 15 de julho, que Rui Barbosa justificou e defendeu com admirável clarividência e energia, sem sair dos limites do bom senso, da prudência e da moderação; sem nenhum apelo a “fantasias radicais”, como ele próprio diria, no texto do parecer, e era pura verdade.

Os escravistas não compreendiam as coisas assim. Seus olhos nada mais enxergavam, neste assunto, além dos interesses privados do seu grupo, e daí, a oposição cega e feroz, que ofereceram ao projeto, estrangulando-o no nascedouro e por fim derrubando o gabinete Sousa Dantas. A Rui, como não lhe podiam tirar mais, tiraram a cadeira de deputado.

O voto em separado de Sousa Carvalho apresenta-nos uma súpula muito significativa da cegueira e da ferocidade com que a oposição escravista combateu o projeto. Sua publicação junto ao parecer de Rui Barbosa, permitindo cotejo imediato, ajuda-nos a medir até que ponto pode levar a paixão política insuflada por interesses contrariados. A acreditar no tremebundo defensor do regime da escravidão, o projeto, se convertido em lei, viria inevitavelmente “perturbar o trabalho”... “estremecer a ordem pública”... “ferir o interesse nacional”... “abater e arruinar as classes abastadas e ordeiras do país”... pois o que se tinha em vista era a... “espoliação violenta e desonestade de grande número de cidadãos, especialmente da classe mais ordeira, mais útil, e para bem dizer a única de brasileiros abastados – os agricultores”. Seria, “além de injustiça, uma violência, uma desonestidade, uma covardia” – pretender responsabilizar os pobres senhores de escravos pela existência da escravidão... E é pelo menos muito curioso verificar que estes senhores de escravos, grandes fazendeiros e proprietários, se consideravam a si mesmos como sendo os elementos mais importantes das chamadas “classes laboriosas” do país – das quais excluía, naturalmente, a massa de trabalhadores escravos.

Para Sousa Carvalho, o projeto de 15 de julho, que a nós nos parece hoje tão prudente e moderado, estava todo ele inçado de “disposições comunistas”. E comunistas eram os seus defensores. Nada menos. Comunista Sousa Dantas. Comunista Rui Barbosa.⁸ Mas a tremenda acusação não ficava limitada ao debate teórico dos princípios contidos no projeto. Sousa Carvalho denunciava abertamente o governo como cúmplice nas “manifestações subversivas”, que então se efetuavam no Rio de Janeiro. Lá está escrito, no seu voto, textualmente, que o projeto não passava de... “pretexto para agitação, revolução e subversão social, aproveitado por anarquistas”...; que o gabinete só pensava em... “lisonjear os anarquistas e gritadores das ruas”... e por isso favorecia as... “passeatas incendiárias e demonstrações estrondosas”... Mais ainda: permitia-se que certa “associação comunista” promovesse... “ruidosa agitação contra uma propriedade legal, em edifícios públicos, no seio de uma escola de



ensino superior”... Ora, aquelas “manifestações subversivas” eram apenas as manifestações organizadas pela Confederação Abolicionista, em cuja direção figuravam, entre outros, André Rebouças, Bittencourt Sampaio, Aristides Lobo, José do Patrocínio, José Américo dos Santos, João Clapp, etc. Quanto à “ruidosa agitação” realizada no edifício de uma escola superior, por uma “associação comunista”, outra coisa não foi senão uma festa promovida pelo Centro Abolicionista da Escola Politécnica, do qual faziam parte alguns professores que se chamavam André Rebouças, Enes de Sousa, Paulo de Frontin, Getúlio das Neves, Benjamin Constant...
Os proprietários de escravos, sentindo a ameaça que pairava sobre os seus interesses, não recuavam diante de nenhum excesso, desde que isso lhes desse ganho de causa. Diziam, no entanto, que não lutavam unicamente em defesa de interesses imediatos. Lutavam também por um princípio o princípio de propriedade. O projeto Dantas pretendia decretar a emancipação apenas dos escravos sexagenários, e esse era na verdade um objetivo bastante modesto; mas a questão – a grande questão – é que ousava propor a emancipação sem indenização. Sem indenização: eis aí negado, deliberadamente, o princípio de propriedade. Num dos muitos artigos, que publicou na imprensa, em defesa do projeto, Rui Barbosa sumariava assim a argumentação dos adversários:

“O projeto de 15 de julho é combatido pela opinião conservadora na imprensa e no parlamento, como um latrocínio aos possuidores de escravos. A tentativa do ministério de 6 de junho é uma tentativa de roubo contra os donos de uma propriedade tão legítima, quanto qualquer dos gêneros de propriedade, cujo respeito a legislação constitucional e civil do país nos afiança. Esbulhar o senhor dos cativos sexagenários seria um atentado tão odioso, como o de esbulhar o capitalista das suas apólices, o trabalhador do seu salário, o proprietário urbano dos seus prédios, o agrícola dos seus campos, o criador do seu gado. A lei não tem autoridade para alforriar, ainda mesmo os velhos e os inválidos, senão pagando. E para dar a este princípio uma expressão superior a interpretações divergentes, para pôr em alto relevo que não se tratava, por parte dos senhores, de um interesse, mas de um verdadeiro princípio, não faltou quem sugerisse ao governo, como terreno de conciliação, um acordo que assegurasse aos proprietários qualquer remuneração ligeira, mínima, imponderável no orçamento, mas que, pelo seu simples caráter de indenização, reconhecesse, sancionasse, legalizasse a propriedade servil”.⁹

Forçoso é reconhecer que esta reivindicação transaccional, proposta sob a forma de uma indenização meramente simbólica, emprestava aos opositores do projeto uma certa aparência de convicção desinteressada, e contribuía mesmo, de certa maneira, ao reforço da posição em que se colocavam. Que o projeto negava o direito de propriedade sobre os escravos, não podia ha-

No entender de Rui Barbosa (foto), abolição exprimia apenas um “fato inicial”, um “ponto de partida”, o “lema de uma idade que começa”

ver nenhuma dúvida, e Rui era o primeiro a afirmá-lo, não só no seu parecer como ainda nos seus artigos de jornal. Reafirmá-lo-ia, anos mais tarde, como um título de glória para o ministério de 6 de junho. Assim, em 1886, no discurso pronunciado na sessão celebrada em São Paulo, em homenagem a José Bonifácio, o moço, recentemente falecido: “Com o ministério de 6 de junho amanhece no governo a idade abolicionista. Até esse tempo o abolicionismo lavrava na consciência pública: mas a propriedade servil prelevava com poderio absoluto, acautelada no mundo oficial. O senador Dantas quebrou esse encanto formidável, negando, no projeto de 15 de julho, a propriedade-escravidão. A libertação incomensurada dos escravos sexagenários era em germe a emancipação gratuita de todos os escravos.

Assim também, em 1888, já depois do 13 de maio, num festival em honra do senador Dantas: “O que imprimia caráter radical ao projeto Dantas, entre todos os outros tentames de transação, está em ser ele o único onde, proscrevendo-se a indenização, se firmava na maior transparência, com o princípio da liberdade gratuita, a negação da propriedade servil. A escravidão compreendeu-o: viu nesse ensaio libertador a célula da abolição incondicional; e, percebendo que jogava a sua sorte, envidou assomos inauditos, no delírio de um desespero descomunal, para subverter a audácia dessa iniciativa numa catástrofe exemplar”.¹⁰

Páginas inteiras do parecer são consagradas ao debate da questão: a propriedade sobre o escravo é uma verdadeira propriedade? de que natureza? em que limites? Todos os elementos históricos, jurídicos, políticos e morais, que estas perguntas envolviam, são aí submetidas a uma análise que se pode considerar definitiva. Também a malévolos imputação de “comunismo” e “socialismo” – que os escravistas levantavam contra o projeto, porque o projeto, diziam eles, pretendia “violar” o princípio de propriedade – Rui a examina de frente, sem subterfúgios nem reticências, pondo a coisa nos seus devidos termos. É claro que um comunista ou um socialista não poderia concordar, então, e ainda menos hoje, com algumas das motivações de ordem teórica, por ele apresentadas. Mas isto, creio eu, vem a ser mais um argumento a seu favor e a favor da natureza, da inspiração e das intenções do projeto.

Na série de artigos que publicou durante os primeiros meses de 1885, em defesa do ministério, voltaria Rui a sustentar os seus pontos de vista, investindo com redobrado vigor contra as posições inimigas. Como é fácil de imaginar, a questão da propriedade servil aparecia no centro de toda a polémica. As

palavras seguintes, com que ele concluía um de tais artigos, fornecem-nos, ao meu ver, a melhor definição da verdadeira essência política do problema em debate: “Confessemos, pois, que já não é mais lícito falar sem ridículo nesse direito inviolável e sagrado do proprietário servil, e estabeleçamos a questão no único terreno sensato: o dos interesses morais e económicos do país, o da sua reputação, o da educação do seu caráter, o das conveniências da sua prosperidade”.¹¹

Os escravistas, naturalmente, não compreendiam nada. Não queriam compreender; não podiam compreender. O interesse ferido tapava-lhes o entendimento. Rui, instruído pela experiência histórica universal, conhecia muito bem o que havia no fundo da incompreensão escravista.¹² Por isso mesmo, não se deixava embalar por nenhuma quimérica ilusão: sabia que era humanamente impossível evitar a cega intransigência do adversário. Mas daí a sua própria intransigência, pois não podia haver transigência na pugna entre o ódio e a esperança:

“O princípio da indenização ficava repudiado para sempre, e rotos com ele os famosos títulos de senhorio da raça branca sobre a negra. Essa intuição iluminou em um relâmpago o futuro, e travou a pugna entre o ódio e a esperança”.¹³

Em boa e lídima verdade, a pugna entre o ódio e a esperança era apenas a expressão, em termos altos de eloquência, de outra espécie de pugna, que se travava no chão duro e rasteiro da economia. Por motivos diversos, mas convergentes, que os estudiosos da nossa história bem conhecem, a seguinte situação se desenhou, em dado momento da economia brasileira: a escravidão, sobre a qual descansara até ali todo o nosso sistema de produção, já não bastava para sustentar o ritmo de desenvolvimento dessa produção. Sem necessidade de entrar em pormenores, podemos apontar alguns dados mais característicos.

Convém lembrar, desde logo, que não se tratava só da insuficiência numérica de braços escravos. O sistema de trabalho baseado no braço escravo é que não bastava mais para atender às novas condições de produção que o próprio desenvolvimento da economia nacional vinha exigindo, de ano para ano. Indicações concretas a esse respeito se encontram em mais de um depoimento contemporâneo. Eis, por exemplo, um quadro exato da situação, delineado pelo insuspeito senador Cruz Machado, em 1874:

“Não creio que haja, por ora, nas propriedades agrícolas em atividade falta de braços para o trabalho; o que nelas subsiste é a deficiência de organização regular e consideráveis desperdícios de tempo e capitais. O total da produção destes estabelecimentos está aquém da força empregada: e enquanto não fornecerem os agentes do trabalho todos os recursos, de que são suscetíveis, há manifesto desequilíbrio, que se agravaria cada vez mais à medida que fossem os trabalhadores mais numerosos”.¹⁴

Cruz Machado se referia especialmente à situação da lavoura baiana; mas a mesma coisa se passava por toda parte, com mais ou menos acuidade, quer em relação à lavoura da cana de açúcar, predominante nas províncias do nordeste, quer em relação à lavoura do café, nas províncias do centro-sul.

Assim também melhor podemos explicar o fenómeno, que se verificou aqui no centro-sul, de deslocamento do café de uma zona para outra. Na realidade, o café fugia das terras cansadas do vale do Paraíba, em busca das terras novas e melhores do oeste paulista, não só por serem aquelas cansadas e estas novas e melhores: o café buscava igualmente novos e melhores métodos de trabalho, necessários à sua expansão. E certo que junto com o café se deslocavam também grandes massas de escravos, a ponto de Nabuco poder afirmar, ainda em



1883, que a escravidão florescia apenas na província de São Paulo¹⁵; não menos certo, porém, é que surgiam ali fazendeiros menos apegados à rotina, homens novos, de mentalidade já moldada ao influxo dos modernos processos de cultura. Estes fazendeiros, pela primeira vez no Brasil, empregaram arados nas suas plantações de café, conforme revelou João Pedro Carvalho de Albuquerque, em relatório apresentado ao governo imperial, que o incumbira de proceder a um inquérito sobre a situação dos colonos europeus estabelecidos na lavoura paulista. O relatório está datado de 1870 e nele se lê o seguinte:

“Parece fora de dúvida que uma das causas de não ser próspera a lavoura é ainda o uso do antigo sistema de plantação: tanto que nos municípios, em que já se trabalha com as máquinas e instrumentos agrícolas tem-se colhido inúmeras vantagens: por exemplo, em Limeira, onde existem cerca de 40 máquinas, movidas a vapor, e um sem número de outras, que se movem por meio de água e de animais, e onde é comezinho o trabalho aratório: na grande e pequena lavoura”.¹⁶

Por motivos idênticos, colocavam-se os fazendeiros progressistas de São Paulo à cabeça do movimento colonizador. No referido relatório se registra o fato de se haverem fundado ali, de 1852 a 1857, mais de 40 colônias com cerca de 4.450 indivíduos, entre os quais 500 brasileiros, constituindo 89 famílias. Bem se compreende que enquanto durasse a escravidão no Brasil não era possível atrair a imigração em massa de colonos europeus, e as cifras o demonstraram plenamente, com o salto formidável que deram às vésperas e depois do 13 de maio de 1888¹⁷; mas o essencial era começar.

O economista inglês Knowles, citado por J. F. Norman¹⁸, via na construção de estradas de ferro um fator decisivo para a abolição do trabalho servil. Mas a construção de estradas de ferro constitui sabidamente um dos índices mais seguros de desenvolvimento econômico de qualquer país. A regra não podia falhar no Brasil, e de fato não falhou, como se pode facilmente verificar, à vista dos algarismos: 1854, inauguração do 1º trecho da Mauá; 1858, inauguração do 1º trecho da Pedro II; 1864, inauguração do 1º plano inclinado no Cubatão. Em 1867, possuíamos 6 ferrovias em tráfego, com cerca de 700 quilômetros; em 1875, 22 estradas com 1.660 quilômetros em tráfego, 1.300 quilômetros em construção e mais de 6.000 quilômetros em estudos; em 1880 já se contavam 3.397 quilômetros em pleno funcionamento. Paralelamente às estradas de ferro, desenvolviam-se outros meios de transporte: rodovias, rios navegáveis, canais, aparelhamento de portos marítimos, etc.¹⁹ Comparem-se estes dados com os marcos cronológicos da luta contra a escravidão: a primeira ferrovia depois da extinção do tráfico negroiro; o impulso tomado pelas construções a partir da lei do ventre livre; os 3.400 quilômetros existentes na ocasião em que Joaquim Nabuco aparecia na Câmara dos Deputados. Tais coincidências não são obra do acaso.

Calógeras resumiu, com juízo sensato interpretativo, o fato dessa espécie de interdependência ou nexo histórico entre a construção de vias férreas, o movimento imigratório e a campanha abolicionista. Em muito poucas palavras ele disse tudo:

“As vias férreas somavam 513 quilômetros em 1866, 932 em 1872 e 3.397 em 1880. Crescia a imigração, e já se sentia que a mão de obra branca provaria a solução do problema servil”.²⁰

Continua na próxima edição